

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**A INSERÇÃO DA MULHER JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS
CONEXÕES COM O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

JOSIANE EMILIA DA SILVA

Goiânia
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**A INSERÇÃO DA MULHER JOVEM NO MUNDO DO TRABALHO E SUAS
CONEXÕES COM O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

JOSIANE EMILIA DA SILVA

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação – Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO), como exigência parcial para a obtenção de título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Sandra de Faria.

Goiânia

2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

JOSIANE EMILIA DA SILVA

Dissertação do Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás defendida em 30 de novembro de 2009, para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

1. Profa. Dr^a. Sandra de Faria – UCG (Presidente)

2. Profa. Dr^a. Eleusa Bilenjian Ribeiro (Membro)

3. Profa. Dr^a. Sônia Margarida Gomes Sousa (Membro)

4. Profa. Dr^a. Walderez Loureiro Miguel (Suplente)

SUMÁRIO

SIGLAS	05
RESUMO.....	06
ABSTRACT	07
INTRODUÇÃO	08
CAPÍTULO I	
Mulher jovem, formação e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho	13
1.1 A contextualização do trabalho e o trabalho feminino	18
1.2 As Realidades Juvenis	38
CAPÍTULO II	
CAJU, cursos <i>pré-universitário e cidadania e de informática e cidadania</i>	34
2.1 A experiência da Casa da Juventude Pe. Burnier	34
2.2 Os cursos preparatórios para vestibulares e concursos – <i>pré-universitário e cidadania e o curso de informática e cidadania da CAJU</i>	38
2.3 Pesquisa Documental – Perfil das adolescentes e jovens participantes da pesquisa	41
CAPÍTULO III	
A realidade juvenil de formação e inserção no mundo do trabalho	46
3.1 Sujeitos Pesquisados	47
3.2 Dificuldades de inserção do jovem no trabalho	51
3.3 Escola e permanência no espaço laboral.....	57
3.4 Juventude e gênero.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICES.....	69

SIGLAS

AJEAS	Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social
CAJU	Casa da Juventude Pe. Burnier
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NUPESC	Núcleo de Estudos e Pesquisa em Estado, Sociedade e Cidadania
NUPE	Núcleo de Pesquisa em Educação da PUC/GO
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PUC/GO	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Pro Uni	Programa Universidade para Todos

RESUMO

A presente dissertação é resultado da investigação sobre a inserção da mulher jovem no mundo do trabalho e suas conexões com o processo da formação profissional. Para apreender as mediações contraditórias das dificuldades de inserção no mundo do trabalho, foram realizados estudos, pesquisa de campo com as adolescentes e jovens estudantes dos cursos *informática e cidadania e pré-universitário e cidadania* da Casa da Juventude Pe. Burnier, um instituto de formação, assessoria e pesquisa em assuntos de juventude, que oferece formação profissional para adolescentes e jovens de 14 a 29 anos na grande Goiânia, preparando-os para ingressarem no mundo do trabalho. O público atendido são adolescentes e jovens moradores da grande Goiânia, oriundos de escola pública e pertencentes a famílias de baixa renda. Para a pesquisa, fez-se um recorte no gênero feminino na faixa etária entre 15 e 24 anos, analisando 35 fichas de inscrição de alunas participantes dos cursos *Informática e Pré-Universitário*, e entrevista com 25 alunas. Após análise dos dados coletados das fichas de inscrição aos cursos, foram identificadas e sistematizadas as informações sobre o perfil econômico e sociocultural das alunas. Percebeu-se que existe semelhança nas dificuldades de inserção no espaço laboral, entre as alunas das duas atividades. O desdobramento da pesquisa a partir da análise das fichas de inscrição resultou na aplicação de grupo focal para, a partir dos temas elaborados, apreender o percurso das dificuldades, bem como as experiências das jovens para inserirem-se no mundo do trabalho. Neste estudo, busca-se de forma crítica e ética fazer um levantamento da inserção da mulher jovem no mundo do trabalho e dar visibilidade às reais condições do trabalho jovem no espaço laboral.

Palavras-chave: formação profissional, mundo do trabalho.

ABSTRACT

This work is the result of an investigation about the entrance of the young woman in the world of work and its connections with the professional education process. In order to see the contradictory mediations of the difficulties of entrance of the young woman in the world of work, some studies, field researches were done with teenagers and youngsters from the computer and citizenship and also the preparatory to enter in the university and citizenship courses, from Casa da Juventude Pe. Burnier (youth's house Priest Burnier), It's an institute of education, support and research in issues about youth, it offers professional education process to teenagers and youngsters from 14 to 29 years old from Goiania, preparing them to enter in the world of work. The people held by the institute are teenagers and youngsters from the border of Goiania. They come from the public schools and belong to low financing conditions' family. In this research, I focused on the female people from 15 to 24 years old, analyzing 35 questionnaires with students from computer and preparatory for college courses and interviewing with 25 students. After careful analysis of the data collected from the enrollment questioner to apply the courses, I identified and organized the information about the social-cultural and economic reality of the students. According to the information, it's possible to realize that there is a similar difficult to enter the labor space for the female students from both projects above mentioned. The consequence of this research from the analysis of the enrollment questionare, made me work with a focal group, to realize from the topics elaborated the percuse of the difficulties and the experiences of the girls to enter and face this world of work. This work, tries to in a critical e ethical way have an overview of the entrance of young women in the world of work and also tries to visualize the real conditions of the young people's work in the labor space.

Keywords: Professional education, world of work.

INTRODUÇÃO

A presente dissertação é resultado dos estudos sobre a inserção da mulher jovem no mundo do trabalho e da investigação sobre as conexões com o processo de formação profissional percorrido por adolescentes e jovens, alunas participantes das atividades do primeiro semestre do ano de 2009, na Casa da Juventude Pe. Burnier, situada no setor Universitário, no município de Goiânia.

Trata-se de uma pesquisa vinculada ao Mestrado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sendo o campo de pesquisa a instituição Casa da Juventude Pe. Burnier, um instituto de formação, assessoria e pesquisa em assuntos de juventude que, sendo conhecedora das novas demandas de adolescentes e jovens, oferece desde o ano de 2003 cursos de capacitação profissional para adolescentes e jovens que pertençam às famílias de baixa renda e estudem em escolas públicas. Neste estudo, buscou-se de forma crítica fazer um levantamento da inserção da mulher jovem no mundo do trabalho para dar visibilidade às reais condições do espaço laboral.

Diante do acelerado processo de desenvolvimento do sistema capitalista, o mercado de trabalho é cada vez mais seletivo, buscando profissionais capazes de executar diferentes tarefas. Essa realidade dificulta a inserção de adolescentes e jovens da faixa etária entre 15 e 24 anos, pertencente a famílias de baixa renda no mercado formal de trabalho, pois, não tendo condições socioeconômicas favoráveis ao seu desenvolvimento intelectual, vão inserir-se no mundo do trabalho com vínculos precarizados e com extensa carga horária.

Como quesitos primordiais impostos pelo competitivo sistema à seleção de trabalhadores, podem ser destacadas a experiência profissional, a escolaridade, a criatividade, dentre outras exigências, demandando assim que os trabalhadores busquem possibilidade de participar de uma formação profissional gratuita e com qualidade já que as famílias não conseguem garantir-lhes tais condições.

Expressão da questão social, as desigualdades causadas pela exploração do trabalho pelo capital produzem uma crescente demanda para o serviço social, no âmbito da intervenção profissional e da investigação científica. Para as jovens entrevistadas, a inserção no mercado formal de trabalho é uma das opções de mudança de vida que buscam, na tentativa de alteração da realidade de vida de seus pais e/ou responsáveis.

Diversas são as condições sociais, econômicas, políticas e culturais que influenciam a realidade que elas são submetidas. Pretende-se, com este estudo, discorrer sobre a realidade da juventude empobrecida, condição das estudantes dos cursos da Casa da Juventude, descrever as principais dificuldades para a sua inserção no trabalho e abordar como lidam com a falta de experiência e a baixa formação escolar e/ou profissional, enfatizando o universo da juventude feminina na faixa etária entre 15 e 24 anos. Reconhecer as várias realidades juvenis é relevante, porém não há aqui a pretensão de esgotar o assunto e sim dar visibilidade a realidade feminina no período da juventude em seu contexto da formação profissional.

Para ampliar a análise do objeto de estudo e apreender as tendências sobre a condição da mulher jovem no mercado de trabalho, foram feitas pesquisas bibliográficas de fundamentação teórica, que facilitam a compreensão da realidade laboral e as formas de inserção do segmento populacional de mulheres adolescentes e jovens no mundo do trabalho. Os textos pesquisados abordam a realidade do mundo do trabalho, formação profissional, questões de gênero e divisão sexual do trabalho.

O problema investigado incidiu sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres jovens para inserirem-se no mundo do trabalho diante de uma realidade de precarização dos vínculos no espaço laboral. A busca pelo primeiro emprego é cada dia maior, principalmente para as jovens pertencentes às famílias de baixa renda, pois deverão buscar emprego para contribuir com o sustento da família e/ou satisfazer algumas de suas necessidades, como manter-se na escola, por exemplo.

Outros elementos que dificultam tal inserção, são, a divisão sexual do trabalho, e a distinção entre funções femininas em que mulheres e homens, ainda que exercendo a mesma função, recebem salários distintos, e/ou profissões ditas femininas ou masculinas, dentre outros. Nesse contexto, a questão direcionadora é: quais os principais desafios enfrentados pelas mulheres jovens para a inserção no mundo do trabalho?

Nos fundamentos teórico-metodológicos buscou-se discorrer sobre a inserção da mulher jovem no mercado de trabalho, dando visibilidade às barreiras enfrentadas para superar tal dificuldade, bem como a intensa disputa existente no espaço laboral.

Com esta pesquisa, pôde-se chegar a uma aproximação da realidade vivida por mulheres jovens em seu percurso educacional e profissional, bem como das difíceis formas de inserção no mercado de trabalho. Pôde-se ainda perceber a trajetória das jovens na tentativa de conciliar trabalho e escola, procurando assim, adquirir uma boa formação profissional para conseguir melhores condições de trabalho, visto que a busca por esta inserção não é simples, devido à competitividade do mercado.

Nessa perspectiva, buscou-se uma aproximação com o método da teoria social de Karl Marx, o materialismo histórico dialético, que possibilita uma leitura crítica da realidade, e com as análises de autoras como Helena Hirata, dentre outros, que descrevem a inserção feminina no mundo do trabalho, especialmente suas trajetórias educacionais até tal inserção.

O desenvolvimento da pesquisa se deu através de análise das fichas de inscrição (fontes secundárias) das jovens atendidas pela Casa da Juventude Pe. Burnier, o que proporcionou um levantamento do perfil e da realidade socioeconômica das jovens entrevistadas. O percurso metodológico utilizado foi o levantamento de informações socioeconômicas, através da análise de 35 fichas de inscrições e 25 entrevistas com alunas na faixa etária entre 15 e 24 anos de dois cursos oferecidos pela CAJU: *Informática e Cidadania* e *Pré-Universitário e Cidadania*. Procedeu-se ainda a realização de entrevistas em

grupo (grupo focal¹) com 25 jovens, objetivando dialogar sobre as principais dificuldades de inserção no espaço laboral. O roteiro e temas abordados foram construídos a partir dos referenciais e aproximações analíticas do objeto de estudo.

Iniciou-se com o levantamento dos dados existentes nas fichas de inscrição e banco de dados da CAJU, seguido pelo contato telefônico e encontros para a realização dos grupos focais com os 05 grupos. As alunas que compareceram para participar da pesquisa leram o Termo de Livre Consentimento e Livre Esclarecimento e o Roteiro de Entrevistas, e optaram em fazer parte da pesquisa.

No grupo focal, as alunas debateram um conjunto de questões em torno dos seguintes temas:

- Os principais desafios enfrentados pelas mulheres jovens para inserção no mundo do trabalho;
- Mulheres jovens, a atividade laboral de qualidade e dificuldades para permanecerem na escola e/ou em cursos profissionalizantes;
- Juventude, gênero, formação e experiência profissional: a articulação entre essas dimensões para o desenvolvimento de atividades mais complexas, o primeiro emprego, e a questão da experiência;
- O assédio sexual e/ou moral existente em seus espaços de trabalho.

Na sistematização dos dados levantados, foram organizadas tabelas com as informações relevantes para o estudo proposto, as entrevistas e análise do conteúdo discutido nas reuniões do grupo. Para facilitar o acesso, as reuniões com os grupos focais aconteceram na Casa da Juventude, espaço já conhecido

¹ Segundo Kitzinger e Barbour (1999), no grupo focal “os participantes são encorajados mais explicitamente a falar uns com os outros, em oposição a responder às perguntas de uma pessoa de cada vez” (*apud* TIM MAY, 2004, p. 151).

da pesquisadora, que é funcionária da instituição, e das pesquisadas, estudantes dos cursos de *Informática e Cidadania* e *Pré-Universitário e Cidadania*.

A partir deste recurso metodológico, organizou-se a dissertação em três capítulos. O primeiro capítulo – **Mulher jovem, formação e as perspectivas de inserção no mundo do trabalho** – apresenta o aporte teórico do trabalho, que busca discorrer sobre as categorias de análise relacionadas à inserção da mulher jovem no mundo do trabalho e a busca pela formação profissional

No segundo capítulo - **CAJU, cursos pré-universitário e cidadania e de informática e cidadania** – apresenta-se o histórico da Casa da Juventude Pe. Burnier, uma opção de formação profissional de qualidade que os adolescentes e jovens têm na cidade de Goiânia e o levantamento dos dados extraídos das fichas de inscrição, onde organiza-se a pesquisa documental.

O terceiro capítulo – **A realidade juvenil de formação e inserção no mundo do trabalho** – traz a trajetória de vida das jovens que frequentaram os cursos de *Informática e Cidadania* e *Pré-Universitário e Cidadania* da CAJU, em que apresentam-se informações mais detalhadas sobre as principais dificuldades encontradas pelas entrevistadas para a inserção no mundo do trabalho.

Nas considerações finais, discute-se sobre as potencialidades e a disponibilidade que as jovens apresentaram no decorrer da pesquisa para uma formação profissional necessária e o despertar para maior capacitação como forma de inserção no espaço laboral.

CAPÍTULO I

MULHER JOVEM, FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS DE INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

O desenvolvimento tecnológico e social visível desde o início do sistema capitalista, com a inserção das máquinas nas fábricas e indústrias, exigiu a capacitação de profissionais para manuseá-las. Na atualidade, exige-se dos trabalhadores no seu conjunto e em especial dos profissionais especializados, com formação técnica e universitária, não apenas manuseio repetitivo de máquinas, mas também conhecimento da realidade sócio-científica, que saibam lidar com *softwares*, trabalhar em equipe, ser eficientes, criativos, dinâmicos, comunicativos, enfim, deve-se buscar uma formação polivalente.

Para a maioria dos jovens as dificuldades encontradas para inserir-se no mundo do trabalho decorrem da inexperiência e da falta de formação profissional. O que é ainda mais significativo quando se trata de jovens oriundos das classes populares da sociedade, que não podem, em sua maioria, permanecer na escola, porque desde muito cedo precisam trabalhar para ajudar no sustento da família.

Para Dayrell e Gomes (2009, p.07),

em termos gerais, podemos dizer que as portas do 1º emprego foram fechadas para os jovens brasileiros, em especial aquela maioria de baixa escolaridade oriunda dos estratos populares. O sentimento de fracasso que acompanha o jovem que procura trabalho remunerado e não consegue representa uma porta aberta para a frustração, o desânimo e também a possibilidade do ganho pela via do crime.

Os quesitos escolaridade e formação profissional estão entre as possibilidades mais seguras de ingresso no mundo do trabalho. Contudo, a responsabilidade não é apenas dos jovens que não conseguem emprego, segundo pesquisas apontadas por Dayrell et al (2009):

os indicadores sociais que medem a desocupação da força de trabalho sugerem que ao desemprego pode ser atribuída a principal responsabilidade pela concentração de renda. No que se refere à distribuição etária as piores taxas de desocupação são encontradas no segmento populacional juvenil.

Nessa realidade, os jovens não conseguem competir por uma vaga no mercado de trabalho e nem manter os empregos que desejam, tendo que aceitar trabalhos temporários e/ou no mercado informal. Se não possuem experiência e têm baixa escolaridade, estão em desvantagem em relação àqueles que estudaram e que continuam os estudos.

Segundo Dias e Guimarães (2007, p.130)

cotidianamente, as famílias pobres são obrigadas a repensar e reformular suas estratégias de vida, sobretudo no que concerne à obtenção dos rendimentos, adotando como estratégias para aumentar a baixa ou inexistente renda familiar, o ingresso no mercado de trabalho do maior número possível de membros da família. São estratégias que visam aumentar a renda familiar e também uma forma de assegurar sua inserção social. O jovem assume, nesse arranjo familiar, papel importante, uma vez que a manutenção da família deixa de ser responsabilidade apenas do pai e passa a ser uma experiência de partilha entre todos os membros.

Na contemporaneidade a reestruturação produtiva não é o único elemento que precariza a situação/inserção de mulheres, adolescentes e jovens no mundo do trabalho, uma vez que elas sofrem com as consequências da divisão social, técnica e sexual do trabalho. Na sociedade capitalista, essa divisão está expressa na desvalorização da capacidade física e intelectual das mulheres, imposta pela realidade machista² em que vivem. Para Antunes

² Segundo Azerêdo (2007), machismo é um "conjunto de valores e normas que têm como objetivo manter privilégio dos homens em detrimento dos direitos das mulheres, considerando estas como naturalmente inferiores àqueles".

(2006) a relação da divisão sexual de trabalho, no sistema capitalista, está inserida no espaço fabril. Segundo o autor,

na divisão sexual do trabalho, operada pelo capital dentro do espaço fabril, geralmente as atividades de concepção ou aquelas baseadas em capital intensivo são preenchidas pelo trabalho masculino, enquanto aquelas dotadas de menor qualificação, mais elementares e muitas vezes fundadas em trabalho intensivo, são destinadas às mulheres trabalhadoras (e, muito frequentemente também aos trabalhadores/as imigrantes e negros/as) (ANTUNES, 2006, p.105-106).

A divisão sexual do trabalho precisa ser compreendida como elemento pertencente não apenas ao sistema capitalista, mas, sabe-se que se intensificou neste modo de produção. Hirata e Kergoat (2007, p.596) afirmam que

estuda-se a distribuição diferencial dos homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Historicamente registram-se as várias e significativas lutas e conquistas das mulheres no mundo do trabalho, porém, conforme Gonçalves (s/d, p.6),

apesar do aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho, e do percentual de famílias chefiadas por mulheres, o homem ainda é considerado como o provedor do lar e a mulher principalmente como mãe e dona de casa. No mundo do trabalho, as mudanças se aceleram, mas ramos científicos e técnicos permanecem ainda hoje muito mais masculinos.

As mulheres lutam por sua inserção no mundo do trabalho, conforme descreveu Gonçalves (2009), e continuam tendo várias conquistas em relação à sua trajetória tanto profissional como educacional. Nesse sentido é que a busca pela formação profissional está diretamente ligada à complementação da renda familiar e à satisfação de suas necessidades de consumo impostas pelo sistema capitalista.

Gonçalves ressalta que,

observando as mudanças do século XX, que Hobsbawm (1994) chamou de “A Era de Ouro” verificamos uma revolução social e cultural que nos trouxe grande transformação na esfera da vida privada e vida pública, resultando a transformação na identidade das mulheres, em suas trajetórias educacionais e profissionais e nas relações que envolvem a sexualidade, a afetividade e a vida reprodutiva. Possibilitando, pois, que as mulheres fossem conquistando direitos de cidadania, antes, a elas, negados (GONÇALVES, 2009, p.3).

O século XX é marcado por vitórias femininas. Destaca-se que nos anos de 1960 as pílulas anticoncepcionais foram concebidas e se tornaram um marco no que se refere à busca por maiores e melhores espaços para a mulher na vida pública. Elas puderam optar pela não maternidade, tendo mais tempo para formação profissional e trabalho fora do âmbito doméstico. Gonçalves, ao descrever essas conquistas, destaca as mudanças no mundo do trabalho.

Ainda nos anos 1950 e 1960, cresce a participação feminina no mercado de trabalho no setor de serviços de consumo coletivo, escritórios, comércio e serviços públicos. Estas atividades exigiam maior qualificação das mulheres e tornavam-nas profissionais remuneradas, demandando maior escolaridade e propiciando mudanças em seu status social (GONÇALVES, 2009, p. 05).

A inserção da mulher no espaço laboral, possibilitada com maior ênfase a partir dos anos 1960 não faz com que deixem as responsabilidades com a casa e com a família, ao contrário, deixa-lhe com dupla jornada de trabalho. Porém, segundo Rago (2004, P.33)

a maioria [das mulheres] considera de fundamental importância a inserção no mercado de trabalho, a independência econômica, a possibilidade de tomar decisões e agir livremente, dissociando, pois, sua definição de gênero da ideia da maternidade.

Nos dias atuais, as características da família divergem da realidade da família patriarcal de épocas anteriores. Segundo Baiocchi (2008, p.38) “as famílias atuais, em geral, têm mães que trabalham fora de casa, algumas vezes

são de um único progenitor, outras vezes são lideradas pelas esposas, ou com pais divorciados ou reconstituídas”.

A inserção no mundo do trabalho está em muitos casos ligada à necessidade das mulheres em contribuir e/ou garantir o sustento das famílias. As dificuldades encontradas, além da pouca experiência profissional, em se tratando das pertencentes à família de baixa renda, estão também no cuidado com os filhos, visto que, para sair, precisa deixá-los amparados na companhia de outro adulto ou em instituições que lhes garantam proteção e cuidado enquanto a mãe trabalha.

Na sociedade capitalista, onde o capital cresce pela exploração da força de trabalho, há a necessidade de inserção no mercado, mas esta colocação não se dá de forma simples, como na época das fábricas, em que era necessário o manuseio repetitivo das máquinas. Para a realidade atual, devido à contínua inovação tecnológica, necessita-se também da inserção/permanência nos espaços educacionais. Com isso, as mulheres que precisam garantir o sustento da família se “empenham na busca do sucesso escolar como mecanismo de inserção na sociedade atual” (BAIOCCHI, 2008, p. 37) e entendem que quanto maior sua formação acadêmica, maiores serão suas condições de pleitear melhores vagas no mercado formal.

Assim, formuladas as dimensões privilegiadas neste capítulo, trabalho, gênero, juventude e formação, são necessárias para desenvolver a relação entre os dados coletados na pesquisa e compor a análise das tendências observadas sobre a condição da mulher jovem no mundo do trabalho.

Ressalte-se que as aproximações analíticas orientam-se pela hipótese diretriz, de que é preciso dar visibilidade às condições trabalhistas das mulheres jovens, no espaço competitivo do mercado de trabalho e nas condições de (des)valorização de suas habilidades profissionais. Essa hipótese valoriza e assume como fundamental as lutas femininas, dialoga com a pesquisa social sobre o tema e repõe a necessidade de atualizar os sentidos da dignidade feminina

Nessa direção as relações existentes na inserção da mulher jovem no mundo do trabalho são analisadas em sua conexão com o processo de desenvolvimento e formação educacional e profissional.

1.1 A contextualização do trabalho e o trabalho feminino

Compreende-se que para identificar e analisar as dificuldades de inserção do segmento juvenil feminino no espaço laboral e suas conexões às dimensões de juventude e formação profissional, cabe inquirir sobre as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos jovens com pouca e/ou nenhuma experiência profissional e baixa escolaridade frente à realidade de uma sociedade de consumo, produção acelerada, e com grande avanço tecnológico, fruto da revolução industrial.

A Revolução Industrial teve importante papel no desenvolvimento do sistema capitalista. Para Iamamoto,

o processo de produção capitalista não é apenas um processo de trabalho, de produção de valores de uso mediante o consumo de um trabalho de qualidade específica (trabalho concreto). É ao mesmo tempo, um processo de valorização: de criação e conservação de valor (IAMAMOTO, 2003, p.41).

Conforme descreve Hobsbawm (2007, p.50), com a revolução burguesa “foram retirados os grilhões do poder produtivo das sociedades humanas, que daí em diante se tornaram capazes da multiplicação rápida, constante, e até o presente ilimitada de homens, mercadorias e serviços”.

Além da Revolução Industrial (século XVII), a Revolução Francesa (século XVIII) foi marcada pela “superioridade tecnológica e científica” (HOBSBAWM, 2007, p. 50) o que teve como consequência a ascensão do capitalismo, produzindo mudanças nas formas de inserção da estrutura produtiva no mundo do trabalho, as atividades que antes eram em sua maioria

manuais, ganharam novas roupagens com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

No capitalismo o processo de trabalho baseia-se na geração de lucros para os detentores do capital, que compram a força de trabalho daqueles que possuem os meios de produção. A esse respeito, afirma Marx que

o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. O capitalista põe-se então a consumir a mercadoria, a força de trabalho que adquiriu, fazendo o detentor dela, o trabalhador, consumir os meios de produção com o seu trabalho (MARX, 2006, p.218-219).

Este sistema, com sua orientação para o lucro, exige que os trabalhadores desenvolvam extensas cargas horárias de trabalho. Em sua fase inicial foram criadas cargas horárias intensas e extensivas e, assim, a produção gerava lucros cada vez maiores. Marx descreve que

o impulso imanente da produção capitalista é apropriar-se do trabalho durante todas as 24 horas do dia [...], os trabalhadores são homens, mulheres, adultos, adolescentes e crianças de ambos os sexos [...] em alguns ramos, as meninas e as mulheres trabalham à noite junto com o pessoal masculino (MARX, 2006, p. 297-298).

No sistema capitalista, a inserção de mulheres, jovens e crianças no mundo do trabalho estava diretamente relacionada à exploração da sua mão de obra. As abusivas cargas horárias afastavam da escola e da convivência familiar milhares de crianças, adolescentes e jovens, pois, às vezes precisavam trabalhar em turnos diferentes aos dos pais e por longo tempo, sem espaço para outros afazeres. Nesse ambiente as mulheres, os jovens e as crianças recebiam remunerações amplamente menores em relação aos homens (adultos).

Para a rotina familiar, a entrada da mulher no mercado de trabalho traz além de melhorias nas condições financeiras de sobrevivência, mas há outras

mudanças na rotina antes existente nos modelos familiares. A inserção das mulheres no espaço laboral não aconteceu de forma tranquila, pois sofreram preconceitos, tiveram sua mão de obra desvalorizada em relação à do homem, porém, em âmbito privado, ocorreram várias transformações para suas vidas.

Segundo Engels,

desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la ao mercado de trabalho e à fábrica, convertendo-as, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia (ENGELS, 2002, p.73-74).

As mulheres, além das longas jornadas de trabalho, não deixaram de assumir a organização da casa e a educação dos filhos, e estas, por sua vez, ingressavam também muito cedo no mercado de trabalho, para contribuir com a manutenção da casa.

Na contemporaneidade, com o desenvolvimento das sociedades urbano-industriais, a condição da mulher, em especial da mulher jovem, no mundo do trabalho, difere muito do que acontecia nos séculos passados. Ao longo da história várias lutas femininas foram realizadas, enfrentando obstáculos para conseguir sua inserção em cargos considerados de destaque no mundo do trabalho e com remuneração igual àquelas pagas aos homens. O espaço laboral, porém, ainda faz com que a mulher exerça funções relacionadas com atividades domésticas, como cuidar de casas, de crianças, de doentes, dentre outras.

A divisão sexual e técnica do trabalho deixa a mulher em desvantagem em relação ao homem, pois sua mão de obra tem valor inferior à do homem, já que suas habilidades físicas são consideradas menores que as dos homens, o que justificaria o pagamento de menores salários.

Segundo Hirata,

a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA, 2007, p. 599).

Essa realidade não é fruto apenas do sistema capitalista, mas se apresenta desde as primeiras manifestações de divisão do trabalho, quando a mulher sofreu ou sofre com a imposição de que sua maior função está relacionada com o cuidado com a casa, os filhos e o marido, dentre todos os afazeres do espaço doméstico.

Guimarães, em estudos sobre a formação profissional das mulheres sob a perspectiva de inserção na educação superior, demonstra que no curso de pedagogia

a presença de jovens, em sua maioria mulheres, pertencentes a segmentos ou frações de classes populares que [...] optaram pela formação profissional no campo educacional, um espaço específico de produção de bens culturais e simbólicos caracterizados genericamente por traços identitários. Formam professores para as séries iniciais da educação básica e para a docência no magistério de nível médio, o que faz seus agentes conviverem, interna e externamente em campo, com os dilemas de representações sociais tradicionais que concebem as atividades do magistério tarefas femininas, ligadas a atributos, como, por exemplo, *a docilidade para lidar com crianças* (GUIMARÃES, 2007, p.122).

As mulheres de classes populares na faixa etária entre 15 e 24 anos encontram também vários obstáculos no mercado de trabalho, ou seja, passam por entraves complexos quando procuram emprego. A falta de experiência e a falta de qualificação profissional se tornam empecilhos e principais agravantes durante a busca por melhores ocupações e salários. A maioria dos casos

compreende as jovens de baixa renda, que inúmeras vezes interrompem os estudos para trabalhar, sobreviver e/ou até mesmo sustentar a família.

A realidade sócio-histórica do trabalho para a jovem instiga e orienta estudos e pesquisas³, como é o caso da Política Nacional de Juventude, com relevância para diferentes áreas do conhecimento profissional. São estudos que observam as transformações existentes no mundo do trabalho, destacam a divisão sexual do trabalho e a situação desigual da mulher em relação ao homem no espaço laboral. As pesquisas, em especial aquelas sobre a temática de jovens, vêm demonstrando que a situação deste segmento não é diferente da condição da mulher. Conquistas já foram alcançadas, mas, há muito que se fazer para uma equitativa situação de dignidade entre homens e mulheres, adultos e jovens.

Libânio faz uma análise da realidade acerca dos jovens que buscam inserção no espaço laboral e destaca que “o trabalho pesa demasiadamente sobre muitos jovens”. Muitos deles precisam contribuir com o sustento da família. Segundo o autor,

muitos [jovens] carecem desse salário para colaborar substancialmente no sustento da família. Outros vão mais longe. Pretendem independência maior a ponto de criar condições para casar-se. O trabalho, mesmo mal falado e repudiado, sobrepõe-se infinitamente ao desemprego, à ociosidade, ao desgaste psíquico da vida inútil, sem nenhuma rentabilidade e real produção. O trabalho ocupa o tempo e produz a sensação de estar-se fazendo algo válido. Oferece um objetivo e sentido para a vida, ainda que seja em curto prazo. (LIBÂNIO, 2004, p.231)

Além destes entraves comuns à realidade dos trabalhadores, a mulher ainda precisa enfrentar a idéia machista que predomina na sociedade de que o homem tem capacidade superior à sua, na realização de atividades profissionais. Por isso, é necessário dar visibilidade à condição de desemprego e/ou subemprego da juventude feminina contemporânea.

³ “Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas”, realizada por equipes do Conselho Nacional de Juventude em 2006, dentre outros.

Para mudar a situação de desemprego feminino juvenil, algumas jovens buscam capacitação, mesmo tendo dificuldades financeiras, pois a consideram um elemento essencial para a inserção no mundo do trabalho. Todavia, segundo Baiocchi (2008) a formação profissional não é o único elemento indispensável para a inserção no mundo de trabalho.

a inserção das jovens/adolescentes na sociedade atual é imbricada por um conjunto de fatores de natureza econômica, social e política, que criam e recriam novas necessidades, expectativas e redimensionam a educação formal, como elemento importante no processo de ascensão social e de sucesso profissional (2008, p. 37).

Geralmente, a busca pela formação profissional se dará com maior intensidade na faixa etária de 15 a 24 anos, principalmente para aqueles pertencentes às famílias de baixa renda, que, em sua maioria, terão que contribuir com o sustento da família. Os jovens são subjugados a aceitar empregos com contratos precarizados, sem direitos trabalhistas, geralmente empregos para serviços braçais, que exigem pequeno esforço intelectual e muita força física.

Para Pochmann (2007, p.41),

o funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão de obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir, na maioria das vezes, funções de qualidade inferior na estrutura das empresas.

Essa inserção de adolescentes e jovens poderá tirá-los da escola, em sua maioria das vezes. Segundo a Política Nacional de Juventude, “é necessário considerar que jovens possuem, à medida que varie a faixa etária, relações distintas com a escola e o trabalho” (2006. p. 24). De acordo com a necessidade, ele terá que optar entre escola e trabalho, devendo permanecer no trabalho, caso haja a necessidade de contribuir com o sustento da família e/ou garantir suas necessidades de consumo, deixando para segundo plano a

trajetória acadêmica, visto que “quanto mais alto o nível de renda, maior tende a ser a escolarização e as possibilidades de se encontrar postos de maior remuneração no mercado de trabalho” (idem). Assim, os jovens se tornarão os formadores do exército industrial de reserva, com pouca ou nenhuma qualificação profissional.

Para Frigotto (2004, p. 197),

Cresceu o número de jovens que participam de “trabalhos” ou atividades dos mais diferentes tipos, como forma de ajudar seus pais a compor a renda familiar. E isso não é uma escolha, mas imposição de um capitalismo que rompe com os elos contratuais coletivos e os reduz a contratos individuais e particulares.

Intensas foram às transformações ocorridas no mundo do trabalho, no Brasil. Segundo Pochmann (2007, p. 43), “torna-se importante destacar o papel do novo modelo econômico na inserção passiva e subordinada na globalização e suas implicações no movimento interno de estruturação do mercado de trabalho”. Essas transformações foram responsáveis pelo desemprego, atingindo fortemente a população ativa das camadas populares e os “segmentos vulneráveis como jovens, mulheres, idosos e não-brancos” (POCHMANN, 2007, p. 43).

A questão social metamorfoseia-se e aprofunda as desigualdades causadas pela exploração do trabalhador pelo detentor do capital. A questão social “é a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão” (IAMAMOTO, et al., 2003, p. 77).

Essa desigualdade provoca no mundo do trabalho a precarização das relações de trabalho e das leis trabalhistas, deixando a classe trabalhadora em desvantagem, pois perde muitos de seus direitos, tem suas jornadas ampliadas, cresce o percentual do exército industrial de reserva, com a redução de postos e a falta de mão de obra qualificada. Nessa realidade, segundo Iamamoto,

todos sofrem, não apenas os adultos. Segundo a autora, os que são mais penalizados com as expressões da questão social

são aqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver: além do segmento masculino adulto de trabalhadores urbanos e rurais, penalizam-se os velhos trabalhadores, as mulheres e as novas gerações de filhos da classe trabalhadora, jovens e crianças, em especial negros e mestiços. (IAMAMOTO, 2007, p.145).

Os avanços tecnológicos excluem as pessoas que não conseguem acompanhar seu desenvolvimento, deixando-as fora do mercado formal de trabalho, na situação de ter que aceitar empregos precários com intensas cargas horárias e sem estabilidades, desprovidos de proteção das leis trabalhistas.

Como analisa Antunes,

poucos jovens hoje conseguem emprego nas carreiras que escolheram. Quando têm qualificação, perambulam de um emprego a outro até chegar – se conseguirem – ao que pretendiam inicialmente. Quando lhes falta o *capital cultural*, aí a empreitada é mais difícil. Para conseguir emprego, são 'obrigados' a realizar trabalhos 'voluntários'. Ou o que é ainda mais frequente: a explosão de trabalho de estagiários que se converte em um trabalho efetivo com sub-remuneração (2009⁴).

Para que as pessoas consigam fazer parte do mundo do trabalho, inseridos em suas relações de produção e reprodução social, devem buscar qualificação acadêmica e profissional e aceitar trabalhos com cargas horárias mais flexíveis. Existem no Brasil, programas de incentivo à permanência de adolescentes de famílias de baixa renda no espaço educacional, como é o caso de programas como o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano

⁴ Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/novo/dossie.asp?edtCode=405A8403-AD34-47FE-9051-22017E8B23A9&nwsCode=4040883E-14AA-4F59-ADE4-EB635DFCBF19>. Acesso em: 25/10/2009.

criado em 2000 pela Secretaria de Assistência Social do Ministério da Previdência Social, visa proporcionar uma oportunidade de “ocupação para jovens de 15 a 17 anos em risco e vulnerabilidade social”, criar condições para a inserção, a reinserção e a permanência do jovem no sistema de ensino; promover a integração à família, à comunidade e à sociedade; desenvolver ações que oportunizem o protagonismo juvenil; preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, quando da sua inserção no mundo do trabalho (Brasil, 2001, apud DAYREL et al., 2007 p.48).

Alguns jovens estão em busca de instituições/programas que lhes garantam a permanência no espaço educacional e possibilitem o acesso ao mercado. Existem programas de governo destinados à formação juvenil para inserção no mercado de trabalho, como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, destinado aos jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que estão inseridos no espaço educacional e fora do espaço laboral, criado pelo governo federal. O PROJOVEM faz parte de um conjunto de programas destinados a adolescentes e jovens, como Saberes da Terra, Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (Consórcio Social da Juventude e Juventude Cidadã) e Escola de Fábrica⁵.

O crescente índice de participação dos jovens no mercado informal do trabalho com serviços precarizados e extensas cargas horárias, fazendo-os deixar para segundo plano a escola, faz crescer também o desemprego, que atinge principalmente a camada juvenil, pois, se não se capacitam raramente conseguirão uma vaga no espaço laboral, aumentando assim, o índice de desemprego.

Branco (2005, p.131) descreve que

todos os indicadores disponíveis têm evidenciado uma forte “pressão” dos jovens na procura por ocupação, denotando que, se eles estivessem apenas se dedicando às atividades de escolarização e aprendizagem profissional, as taxas de

⁵ Para maiores informações, consulte o site:

http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2008/p_20082711_991_anexoI.pdf

desemprego cairiam substancialmente, uma vez que seu ingresso na força de trabalho seria adiado. E, além disso, estariam adquirindo melhor preparo educacional e profissional, requisitos indispensáveis para que pudessem enfrentar com maiores chances de êxito os desafios e obstáculos colocados por um mercado de trabalho cada vez mais excludente e competitivo.

Como poderão postergar o ingresso no mundo do trabalho, aqueles e aquelas que necessitam contribuir ou subsidiar o sustento da família? Para eles e elas a solução, segundo orientações da Política Nacional de Juventude, “a principal tarefa do Estado seria de oferecer políticas, programas e ações para que o jovem possa construir sua trajetória educacional, sua educação profissional e sua relação com o mundo trabalho em condições adequadas” (2006, p. 27)

A precoce inserção de jovens e/ou adolescentes no mundo do trabalho não é opção livre, pois para os que pertencem às famílias de baixa renda não existem muitas opções. Para Frigotto (2004, p.181) trata-se de uma “inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil”. O modelo da sociedade brasileira capitalista incentiva o consumo desenfreado, em que as relações de produção e reprodução social estão intimamente ligadas à satisfação do mercado de consumo, além da relação capital e trabalho, que é extremamente desigual para o trabalhador em relação ao capitalista, que detém os meios de produção.

Antunes lembra que “se a ordem social dominante dificulta o acesso dos jovens em idade de trabalhar, ela inclui, por outro lado, precoce e criminosamente, crianças no mercado de trabalho, não somente no Sul, mas também nos países capitalistas avançados” (2009⁶).

1.2 Realidades Juvenis

Quando se fala em juventude, faz-se necessário uma contextualização dessa fase da vida, um período de transição que acontece com todas as pessoas que atingem a fase adulta⁷.

Várias são as transformações na vida de acordo com cada fase em que a pessoa se encontra. Para Dayrell e Gomes (2009, p. 04)

a juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma. Todo esse processo é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade de trocas que este proporciona. Enfim, podemos dizer que não existe um único modo de ser jovem, o que nos leva a enfatizar a noção de juventudes, no plural, para explicitar a diversidade de modos de ser jovem existentes.

Os jovens pertencentes às famílias que possuem renda para investir em uma formação educacional de qualidade terão melhores condições para desenvolver seus intelectos e suas habilidades, não abandonarão os estudos para uma inserção prematura no mundo do trabalho, assumindo vagas precarizadas e/ou no mercado informal. Ao contrário, estenderão sua trajetória escolar até o ensino superior e terão condições de estudar outros idiomas e de trabalhar nos negócios da família, ter seu próprio negócio ou outras profissões.

Os filhos da classe trabalhadora têm uma realidade no Brasil não muito diferente da realidade de outros países subdesenvolvidos. Historicamente em nosso País a realidade da infância pobre é cercada por privações de seus direitos. Essa realidade começa mudar em meados da década de 1990, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante em seu artigo 3º que

⁶ Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/novo/dossie.asp?edtCode=405A8403-AD34-47FE-9051-22017E8B23A9&nwsCode=4040883E-14AA-4F59-ADE4-EB635DFCBF19>. Acesso, 25/10/2009.

⁷ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2009), em seu artigo 2º: “Considera-se criança para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (p. 18). E jovem a pessoa com idade até vinte cinco anos.

a criança e adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (p.19).

Para os adolescentes filhos da classe trabalhadora, não há acesso às grandes possibilidades que, legalmente, são assegurados pelo ECA. Na maioria das vezes precisam dividir o tempo entre escola e trabalho, com pouco tempo para opções de lazer. Desta forma, entre as poucas formas de diversão que encontrarão está a participação em grupos de afinidade.

A participação nos diversos grupamentos garante ao adolescente e ao jovem manifestar seus pensamentos e sentimentos, considerados muitas vezes pela sociedade adulta como atitude que provoca a desordem social a exemplo de grupo dos pichadores que, para as pessoas que não compreendem suas manifestações, as consideram rebeldia e/ou vandalismo. Os pichadores desenvolvem ações de protestos, reivindicações, declaração de amor, demarcação de terreno dentre outros⁸. Magnani (2005) trabalha também definições de outros grupos como os straight edge (vegetarianos), os grupos de baladas Black e rodas de samba, b. boys e estreeiteiros, raves forró universitário e jovens instrumentistas.

Todos os grupos possuem peculiaridades nas vestimentas, dialetos próprios e estilos musicais, dentre outros. A participação nestes grupos contribui para a formação da identidade de adolescentes dos centros urbanos. Será definido também, pelo tempo de permanência em determinados grupamentos, muitos passam anos e até fazem dessas atividades suas práticas profissionais, outros ficam por curtos períodos, buscando outras alternativas como espaços de sociabilidade.

⁸ Sobre este tema ver: MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos de jovens urbanos. In: tempo social. Revista de sociologia da USP, v. 17, n.2 pp. 173 – 205. 2005.

Essa construção de identidades se dá de forma mais tranquila, já que os adolescentes vão se aproximando de grupos que lhes sejam familiares, com os quais se identificam. As meninas nesta fase, também vão procurar participar de algum grupo, preocupam-se, tanto quanto os meninos com a aparência, afinal precisam sentir-se aceitas pelos grupos. Os adolescentes, tanto do sexo masculino quanto feminino vão participar dos grupos durante toda a transição para a juventude.

Ao chegarem à juventude, alguns continuam nos grupos em que ingressaram na adolescência, outros, a partir de diversas experiências, vão ingressando em grupos diferentes, redirecionam suas relações de acordo com o que se identificam em determinados contextos sociais.

A passagem da adolescência para a juventude ocorre de forma sutil, porém conflituosa, tendo como elemento principal a busca pela autonomia, pela afirmação social e a construção da identidade. Trata-se de período no qual as pessoas buscam maior engajamento em diversos grupos conforme vão se identificando e, assim, vão afirmando suas identidades individuais e coletivas. Para Libânio (2004, p.14), “os grupos de jovens ajudam a integrar o modelo familiar com a vida na sociedade. E a escola se apresenta como lugar intermediário de socialização entre a família e a sociedade”.

A juventude não deve ser considerada apenas um período de transição, deve-se enxergar o jovem como sujeito de direitos, compreendê-lo como pessoa que passa por este período, o vive de forma intensa, possui suas necessidades essenciais e todas as suas experiências devem ser respeitadas. Esta fase, como as anteriores (infância e adolescência), serão definidoras da forma como viverão suas relações em sociedade.

A busca pela afirmação social começa na família, quando inicia a necessidade de participar dos assuntos importantes. Ali são cobrados para contribuir com as despesas da casa e para ter maior responsabilidade em relação aos estudos. Assim, os jovens começam o processo de construção de sua autonomia dentro dos espaços em que vivem e/ou frequentam. Deve-se ter

claro, porém, que a transição acontece de forma desigual, difere de pessoa para pessoa, cabendo respeitar suas experiências, individualidades e modos de vida.

A juventude não pode ser vista de forma estática, pois os jovens vivem durante este período de transitoriedade em uma sociedade que também está em intenso movimento, em que ocorrem constantes transformações, tendo os jovens que acompanhar essa dinâmica. Abramo (1994), ao descrever a juventude, observa todas as dimensões da pessoa humana, destacando as realidades socioculturais. Segundo a autora,

a noção mais geral e usual do termo juventude se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modifica de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude configura-se como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (ABRAMO 1994, p.1).

A autora trabalha quatro aspectos sobre a juventude, direcionando políticas específicas para cada um deles. Os jovens estão presentes nos diversos segmentos, participando de diferentes circuitos, que segundo Abramo (2005), é a efetivação de políticas públicas que atendem às demandas dessas fases, contribuindo para o melhor “empoderamento” dos/as jovens.

Num primeiro aspecto, apresenta a definição de “juventude como período preparatório”. Neste tipo de abordagem, a juventude é tida como um período de transição entre a infância e a fase adulta, demandando políticas públicas que os preparará para o mundo do trabalho, com maior ênfase a política de educação, que deverá ser universal e de responsabilidade do Estado segundo a Constituição Federal, 1988, art. 205. Todas as atividades serão voltadas para a capacitação profissional do universo juvenil. As instituições educacionais

trabalharão na perspectiva da qualificação, buscando prepará-los para o mercado de trabalho (BRASIL, 1996, art. 39). O grande limite desse enfoque é que os jovens serão vistos com o futuro do país, não como sujeitos sociais do tempo presente.

No segundo aspecto a autora aborda a “juventude como etapa problemática”. Adolescentes e jovens são vistos não como sujeitos de direitos, mas como geradores de problemas. Alguns pais chegam a denominá-los de “aborrecentes”. É uma fase da vida que ameaça a ordem da sociedade, com seus comportamentos que transgridem as normas e colocam suas vidas e a de outros em risco. As políticas geradas serão de caráter compensatório, tendo como foco os adolescentes e jovens que vivem em situação de vulnerabilidade, riscos sociais e/ou aqueles que transgridem as regras da sociedade, ou seja, serão considerados mandatários da política compensatória, principalmente, os filhos das famílias de baixa renda.

No terceiro enfoque, o jovem é visto “como ator estratégico de desenvolvimento”, ou seja, será pertencente do “capital humano” e resolverá os problemas da sociedade. Pode-se lembrar aqui os “caras pintadas”. Com suas potencialidades e dinamicidade os jovens poderão responder ao crescente desenvolvimento tecnológico, contudo, será maior também a disputa por uma vaga no mundo do trabalho, visto que com o aumento da procura, por emprego aumentam também as exigências de maior capacitação profissional.

Ainda neste enfoque é dado destaque, à proposta do protagonismo juvenil, porém não se preocupará com os conflitos existentes nesta fase da vida. “Como atores, os jovens terão papel especial de transformação, como fonte de crítica, contestação, capacidade de prover utopias e de dedicação generosa à dimensão social” (ABRAMO, 2005, p.22). Estarão evidentes as políticas voltadas para o engajamento político dos jovens nos movimentos sociais.

“A juventude cidadã como sujeito de direitos” é o quarto aspecto tratado pela autora. Neste, o universo juvenil será visto como fase de desenvolvimento

pessoal e social, e os jovens não serão considerados causadores da desordem e sim agentes de transformação e sujeitos de direitos. Neste aspecto, para Abramo (2005, p.22)

mudam os enfoques anteriores principalmente por superar a visão negativa sobre os jovens e gerar políticas centradas na noção de cidadania, abrindo a possibilidade de consideração dos jovens como sujeitos integrais, para os quais se fazem necessárias políticas articuladas intersetorialmente.

A efetivação de políticas públicas para gerar o protagonismo juvenil terá maior ênfase neste enfoque, propiciando aos adolescentes e jovens, maiores condições de participação e engajamento em espaços de decisão e movimentos sociais. Essa etapa da vida será vista como período importante para o desenvolvimento das sociedades, e as lutas e causas assumidas terão maior visibilidade em suas atuações. Afinal, a juventude é um período transitório para a fase adulta, tendo como antecessora a adolescência, e várias serão as experiências vividas, as lutas, os engajamentos, as transformações físicas, intelectuais e emocionais.

Capítulo II

CAJU, CURSOS PRÉ-UNIVERSITÁRIO E CIDADANIA E INFORMÁTICA E CIDADANIA

Neste capítulo propõe-se apresentar a investigação sobre a inserção da mulher jovem no mundo do trabalho e suas conexões com a formação profissional.

Com isso, traz-se o resultado da pesquisa documental feita nas fichas de inscrição nos cursos *informática* e *pré-universitário* de 35 mulheres jovens com idade entre 15 e 24 anos, residentes em Goiânia, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade, todas cidades do Estado de Goiás, bem como a experiência da CAJU em sua trajetória de atendimento à adolescentes e jovens.

2.1 A experiência da Casa da Juventude Pe. Burnier⁹:

A Casa da Juventude Pe. Burnier é um instituto de formação, assessoria e pesquisa em assuntos de juventude. Cumpre com as exigências legais da Política Nacional da Assistência Social e, com isso, é considerada uma organização civil de utilidade pública, filiada à Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social (AJEAS) da Companhia de Jesus, organização religiosa dos padres Jesuítas. Tem registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA, de Goiânia), no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS, de Goiânia) e no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), com assento no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA, de Goiás). A CAJU é dirigida por coordenação

⁹ Segundo o Plano de Ação Global (2009) da instituição, a CAJU foi fundada em 1984, a partir de propostas elaboradas por um grupo composto por religiosos e leigos. Em 25 anos de história, teve como princípio a opção preferencial pela juventude, oferecendo formação para multiplicadores que atuam junto aos grupos, na perspectiva dos direitos e da inclusão social.

colegiada, tendo como representante da Companhia de Jesus e seu Diretor o Pe. Geraldo Marcos Labarrère Nascimento, sj (CAJU, 2009).

Situada na região Centro-Oeste do Brasil, a Casa da Juventude, historicamente, passou a ser referência no trabalho com jovens, contribuindo para sua formação integral. Realiza trabalho em rede com outros centros e institutos de juventude, bem como com outros órgãos governamentais e não governamentais na implementação de serviços de atendimento à juventude.

A partir de orientações dadas pela Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social - AJEAS, em 2003, a CAJU amplia seu atendimento direto e, refletindo sobre o seu papel, assume o desafio de oferecer atividades voltadas para uma formação integral e processual. Assim, propõe-se um atendimento direto aos jovens que vivem em situação de exclusão social, criando o Núcleo de Assistência Social, passou a oferecer cursos preparatórios para vestibulares e concursos, informática, língua estrangeira (inglês e espanhol), oficinas de arte (grafite, *break*, *street dance* e *artes plásticas*) e atendimento psicoterapêutico (AJEAS, 2009).

Mesmo com esta atuação no Núcleo de Assistência Social, a CAJU não deixa a formação de agentes, que estão envolvidos nas organizações eclesiais e/ou sociais e suas ações são elaboradas conjuntamente por toda equipe de funcionários e colaboradores, na tentativa de oferecer serviços de qualidade para todo o segmento juvenil da grande Goiânia.

Segundo o Plano de Ação Global 2009 da instituição,

a juventude empobrecida é a razão de ser da CAJU, a quem a instituição destina seus esforços, seus serviços e sua produção reflexiva. A Casa da Juventude busca empoderar os/as jovens para o protagonismo juvenil, tornando-os/as conscientes de seus direitos e deveres e atuantes no processo de construção de um “outro mundo possível” (CAJU, 2009, p.10).

Em 2006, a CAJU amplia ainda mais seu foco de atendimento, assumindo, em parceria com a Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE) e com a Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude, o curso de Pós-Graduação em Juventude no Mundo Contemporâneo, com o objetivo de

aprofundar o conhecimento teórico, prático e científico da juventude contemporânea, possibilitando debates e reflexões das práticas metodológicas e das políticas públicas, desenvolvendo estudos e pesquisas sobre juventude, capacitando profissionais para a promoção de atuação junto aos jovens (CAJU, 2009).

Os indicadores extraídos das fichas e banco de dados da instituição demonstram que em 06 (seis) anos de trabalho, de agosto de 2003 a 2009, o Núcleo de Assistência Social atendeu 3.583 (três mil quinhentos e oitenta e três) adolescentes e jovens nos seus diversos cursos: pré-universitário, informática, inglês, espanhol, e as atividades artísticas oferecidas no projeto mala de artes (street dance, break dance e grafite), além do acompanhamento psicossocial (este não aparece no quadro de forma separada, porque a maioria dos atendimentos prestados é para os alunos das atividades supracitados).

A organização de dados dos cursos demonstra a seguinte composição:

Quadro 1: Cursos oferecidos pelo Núcleo de Assistência Social

Ano	Pré-universitário	Informática	Inglês	Espanhol	Mala de artes ¹⁰	Total
2003	33	241	49	23	23	369
2004	45	336	32	-	-	413
2005	47	431	64	-	-	542
2006	73	383	57	14	48	575
2007	76	354	58	-	57	545
2008	75	407	65	-	61	608
2009	46	312	63	-	34	455
Total	395	2.464	388	37	223	3507

Fonte: Banco de dados da Casa da Juventude Pe. Burnier – 2009. Os quantitativos de 2009 referem-se apenas ao primeiro semestre de 2009.

¹⁰ Mala de Artes é um projeto oferecido pelo núcleo de Assistência Social e oferece oficinas de Street Dance, Break Dance e Grafite

Durante seis anos, foram atendidos 395 alunos no curso pré-universitário, 2.464 no curso de informática, 388 no curso de inglês, 37 no curso de espanhol (neste, as atividades aconteceram somente no segundo semestre de 2003 e no segundo semestre de 2006) e esta segunda experiência do curso de espanhol, no ano de 2006, contou com apoio de voluntários. E no projeto mala de artes foram atendidos 223 alunos no período.

Os projetos das atividades oferecidas pelo Núcleo de Assistência Social da Casa da Juventude mostram que todas as atividades têm como conteúdo transversal a elaboração do projeto de vida para facilitar a percepção dos atendidos enquanto sujeitos de sua história pessoal. A instituição compreende que com a realização de técnicas e dinâmicas referentes à elaboração do projeto de vida, cidadania, dentre outros, e os conteúdos trabalhados em cada atividade proporcionarão às pessoas atendidas maior condição para pleitearem vagas no mundo de trabalho, o que lhes trará maior realização pessoal. A partir da sua inserção no mundo do trabalho, os adolescentes e jovens atendidos terão condições de contribuir para a melhoria de vida pessoal e familiar.

Para participar nos cursos do Núcleo de Assistência Social da Casa da Juventude Pe. Burnier exige-se os critérios: a) idade entre 14 e 29 anos, b) ter concluído o ensino médio (para as candidatas do curso pré-universitário), c) pertencer a família de baixa renda (per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo), d) ter feito sua trajetória educacional em escola pública e e) morar em Goiânia e/ou cidades do entorno.

Dentre todas as atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Assistência da Casa da Juventude, ater-se-á nos cursos *pré-universitário* e *informática* para a realização da presente pesquisa.

2.2 Os cursos preparatórios para vestibulares e concursos – pré-universitário e cidadania e informática e cidadania da CAJU

A Casa da Juventude após pesquisa entre os adolescentes e jovens frequentadores, percebeu a necessidade dos jovens de ingresso no ensino superior, de qualidade, e/ou de serem aprovados em concursos públicos e propôs e programou o curso *Pré-Universitário e Cidadania*, como uma possibilidade de acesso a esse direito, na tentativa de contribuir para a construção do projeto de vida desses jovens.

De acordo com o Plano de Ação Global da Instituição para o ano de 2009, o projeto do curso apoia-se nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e as disciplinas são organizadas e ministradas por eixos temáticos e os conteúdos trabalhados por temas geradores oriundos da realidade de cada estudante. No Eixo Sociedade são abordados conteúdos em comum com a História, Geografia, Filosofia e Sociologia. No Eixo Ciências da Natureza são estudados conteúdos de Biologia, Química, Física e Matemática e no Eixo Linguagem, as disciplinas abordadas são Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Redação e Literatura.

Já o *Curso de Informática e Cidadania* orienta-se pela necessidade da inclusão digital como ponto essencial para a inserção de adolescentes e jovens no mundo do trabalho, diante do acelerado desenvolvimento tecnológico. A sua formulação tem como diferencial o uso da máquina para estudar questões relacionadas à realidade de cada estudante. Com o objetivo de propiciar a inclusão digital a adolescentes e jovens que não tem acesso à informática, o curso busca trabalhar questões relacionadas ao cotidiano que se manifesta pelo estudo do meio ambiente, saúde, educação, lazer, dentre outros conteúdos ligados à cidadania. Os instrumentais utilizados em sala de aula para a construção de textos são: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Constituição Federal de 1988 e outros.

Ao buscar participação nesta atividade, os adolescentes e jovens demonstram, como interesse principal, a busca pela capacitação profissional, tendo como horizonte a inserção no mercado de trabalho, o que lhes proporciona contribuir com o sustento da família. Ao buscar capacitação para o primeiro emprego, os adolescentes são os que mais esperam inserir-se no mundo do trabalho. Eles expressam que as pessoas não lhes dão “oportunidade” para aprender uma profissão, na busca do primeiro emprego.

Márcio Pochmann (2007, p.13) descreve que

o primeiro emprego representa um momento decisivo para a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores forem suas condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deverá ser a sua evolução profissional.

A baixa escolarização tem como consequência, para adolescentes e jovens, a inserção em vagas que necessitem de menor qualificação, e que oferecem baixos salários. Pochmann (2007, p. 13) observa que “o ingresso precário e antecipado do jovem no mundo do trabalho pode marcar desfavoravelmente o seu desempenho numa possível trajetória profissional”. Segundo o autor, são diferentes as possibilidades de permanência na escola e inserção no mundo de trabalho entre os filhos da classe trabalhadora e aqueles da classe dominante¹¹.

A inserção de adolescentes e jovens antes da conclusão dos estudos no mercado de trabalho, segundo Pochmann (2007), além da trajetória profissional, prejudica também a escolarização dos mesmos, causando maior desigualdade social. Para o autor,

isso se deve, em grande medida, ao fato de que prevalecem no país intensas desigualdades econômicas e sociais entre pessoas na faixa etária de 15 a 24 anos. Para uns, parece comum o ingresso no mercado de trabalho antes dos 16 anos de idade, frequentemente sem conclusão da formação educacional (POCHMANN,2007, p.13).

¹¹ Sobre o tema ver em POCHMANN, Márcio. A batalha pelo primeiro emprego. 2ª ed. São Paulo: Publisher, 2007

Esta inclusão leva os adolescentes e jovens a desenvolver atividades precárias, temporárias e sem condições dignas de trabalho, o que acentua as desigualdades para as famílias de baixa renda, configurando um círculo de pobreza.

Quadro 02: Demonstrativo por gênero, da participação no curso de *Informática e Cidadania* no período de 2003 a 2009.

Anos	Feminino		Masculino		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
2003	139	57,67	102	42,33	241
2004	175	51,92	162	48,08	337
2005	290	67,44	140	32,56	430
2006	270	70,49	113	29,51	383
2007	231	65,25	123	34,75	354
2008	283	67,53	124	32,47	407
2009	187	59,93	125	40,07	312
Total	1.575	63,92	889	36,08	2.464

FONTE: Banco de Dados da Casa da Juventude.

Quadro 03: Quantitativo, por gênero, no curso *Pré-Universitário e Cidadania*.

Anos	Feminino		Masculino		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
2003	23	71,87	9	28,13	32
2004	35	77,77	10	22,23	45
2005	35	74,46	12	25,54	47
2006	58	80,55	14	19,45	72
2007	51	67,10	25	32,90	76
2008	53	70,66	22	29,34	75
2009	35	70,00	15	30,00	50
Total	289	73,16	total	26,84	395

FONTE: Banco de Dados da Casa da Juventude.

É possível tecer análises sobre os dados que indicam a predominância feminina nos dois cursos. No curso de informática 63,92% dos participantes

foram mulheres e no pré-universitário 73,16% o que demonstra uma tendência crescente de busca e inserção da mulher no mundo do trabalho. Porém, ainda as desigualdades existentes na divisão sexual do trabalho e com graves e complexos desdobramentos na contemporaneidade. O que reporta à hipótese de estudo do projeto de pesquisa.

2.3 Pesquisa Documental – Perfil das adolescentes e jovens participantes da pesquisa

A análise tem como base as fichas de inscrição de 35 alunas que estavam dentro do perfil e na faixa etária da proposta para a pesquisa, ou seja, mulheres jovens em idade entre 15 e 24 anos e alunas dos cursos *informática e pré-universitário* da CAJU, residentes em Goiânia, Senador Canedo, Aparecida de Goiânia e Trindade, todas cidades do Estado de Goiás.

Esta análise permitirá maior compreensão da realidade das jovens entrevistadas nas reuniões do grupo focal e, a partir desta aproximação com as realidades das entrevistadas, permitirá maior absorção das falas relacionadas aos temas propostos para discussão.

Das 35 fichas analisadas, 43,04% das entrevistadas pertencem ao grupo com faixa entre 15 e 18 anos, 29,92% estão na faixa etária de 19 e 21 anos e 27,04% na faixa etária de 22 a 24 anos. Das entrevistadas com idade entre 15 e 18 anos (41,71%) iniciaram suas primeiras experiências de busca pela inserção no mercado de trabalho, 5 (31,25%) das entrevistadas, com idade entre 15 e 18 anos não tinha conhecimento da rotina de entrevistas e pela busca pelo primeiro emprego.

Quanto ao local de nascimento, a maioria, 63,82% nasceu no Estado de Goiás, 8,79% nasceu no Tocantins, 6,57% no Pará e igual percentual no Distrito Federal e 2,85% nos Estados da Bahia, Amazonas, Paraíba, Maranhão, Piauí. Uma não respondeu a questão sobre a cidade de origem. As análises

demonstram que é baixo o índice de migração de outros Estados, já que 63,82% das entrevistadas nasceram no estado de Goiás.

As jovens, ao preencherem a ficha de inscrição sobre suas etnias, denominavam-se em termos étnicos como negras (28,57%), brancas (40,01%), morenas (2,85%), outro (28,57), constituem *outro* as respostas: parda (17,14%), morena escura (2,86%) e/ou não responderam a questão (8,57%)

Com relação à trajetória escolar, 63,85% das jovens marcaram a opção de que possuem o ensino médio completo, 14,28% informaram que têm ensino médio incompleto, 12,42% declararam possuir ensino fundamental completo, 9,45% disseram estar cursando o ensino fundamental e uma pessoa não respondeu a questão. Todas as alunas atendem ao critério de terem feito ou estarem fazendo seu percurso acadêmico em escola pública.

Além de se preocuparem com o sustento da família (pai, mãe, irmãos, avós, tios) as jovens têm que se preocupar também com seus filhos, pois 17,14% das jovens que participaram do estudo são mães solteiras. 80,01% das jovens declararam que não tem filhos e 2,85% não responderam a questão.

Das fichas analisadas, 40% foram das alunas do curso de informática e 60% do curso pré-universitário. As alunas da primeira atividade estão, em sua maioria, na faixa etária entre 15 e 21 anos e as alunas da segunda atividade estão na faixa etária entre 18 e 29 anos. As jovens dos dois grupos igualmente estão à procura de inserção no mercado de trabalho.

Sobre a experiência profissional das adolescentes e jovens, o quantitativo das jovens sem experiência é maior que o quantitativo das que possuem experiência: 45,71% das pessoas declararam ter experiência profissional, 51,42% declararam não ter experiência e uma (2,87) não respondeu a esta questão. Sendo a falta de experiência o que mais impede a inserção destas jovens no mundo do trabalho.

Se o quantitativo das jovens que possuem experiência profissional é

maior, o quantitativo de jovens que estão trabalhando¹² é bem menor. A experiência não está diretamente relacionada à situação de emprego/desemprego no período em que preencheram as fichas de inscrição e, por isso, 77,14% marcaram a opção de que estavam desempregadas e apenas 20,01% declararam que estavam trabalhando e 2,85 não responderam à questão, o que demonstra o alto índice de desemprego entre jovens na faixa etária estudada.

Na ficha de inscrição elaborada pela Casa da Juventude Pe. Burnier existe também, uma questão sobre o motivo do desemprego, o que facilita a leitura da concepção/motivo que as pessoas têm por não estarem inseridas no mundo do trabalho. Assim, das 35 (trinta e cinco) fichas analisadas, a falta de experiência profissional foi marcada por 40,04% das jovens, 2,85% alegaram pouca idade, 2,85% alegaram falta de emprego, 2,85% marcaram que estavam desempregadas devido à falta de oportunidades, 5,71% marcaram não ter qualificação na área de informática, 14,28% declararam outro motivo, não especificando e 31,42% não responderam a questão.

Em se tratando da situação da moradia, é grande o quantitativo de pessoas que residem com a família e em casa própria. 54,31% informaram residir em casa própria, 22,85% em casa alugada, 17,14% em casa cedida por parentes (em sua grande maioria, tios e avós), 2,85% declararam que têm casa financiada e 2,85% não responderam à questão.

É grande também o percentual de famílias chefiadas por mulheres. 31,30% das pessoas marcaram a opção de que suas famílias são sustentadas pela mãe, 28,74% declararam ser o pai o responsável pelo sustento, 8,57% responderam que suas famílias são chefiadas/sustentadas pelos tios, 8,57% pelos pais (pai e mãe) 2,85% pelos avós, 2,85% pelo padrasto, 2,85% pelo esposo, 5,71% das jovens marcaram a opção de que eram elas que sustentavam a família, 2,85% informaram que as despesas eram responsabilidade do namorado e 5,71% não preencheram as opções.

¹² No mercado formal e/ou no informal.

Quanto à situação econômica da família, o maior quantitativo recebia até dois salários mínimos, somando um total de 48,57% das famílias, 28,57% das alunas declararam ter renda familiar de até um salário mínimo mensal, enquanto 17,14% das famílias recebiam até 3 salários e 5,72 das alunas não responderam a questão.

Nestas informações sobre a escolarização dos pais e/ou responsáveis, percebe-se que a grande maioria estudou até a 4ª série, somando um total de 34,28% pessoas. 22,86% têm ensino médio, 17,16% com ensino fundamental, seguidos de 14,28% que têm até a 6ª série. Apenas duas, totalizando 5,71%, declararam que os pais/responsáveis possuíam curso superior e 5,71% não responderam esta opção na ficha de inscrição.

Quando perguntadas se suas famílias estão inseridas em programas de governo, 77,14% informaram que as suas famílias não estão inseridas em nenhum programa de governo. Apenas 14,29% estão inseridas e 8,57% não responderam esta questão. Dentre os programas mencionados a maioria citou o Bolsa-Família.

Em se tratando de casos de doenças graves na casa onde vivem, 45,71% não responderam esta opção, 40,01% declararam não haver problemas de saúde na família e 14,28% marcaram a opção que existe problemas de saúde na família. Dentre os problemas de saúde, as doenças mencionadas são hipertensão, diabetes, problemas na coluna, enxaqueca dentre outras.

Da composição familiar, 37,18% pessoas marcaram a opção de que ainda moram com os pais, 22,85% moram com a mãe e os irmãos, 11,47% residem com tios e primos, 8,57% residem com esposo e filhos, 2,84% com os avós, 2,84% com a mãe e com os filhos, 2,84% declararam morar com o namorado, uma (2,84) com a irmã e 8,57% das pessoas não responderam a questão.

Ainda no que se refere à composição familiar, 2,86% reside sozinha, 51,43% das alunas informaram morar em famílias compostas por até 03 pessoas, 34,28% das famílias tinham em sua composição entre 4 e 6 pessoas,

8,57% das entrevistadas disseram residir em famílias com 7 ou mais pessoas, e 2,86% não responderam o quadro composição familiar.

Poucas são as opções de lazer para as jovens entrevistadas. Quando questionadas sobre o acesso à internet, 54,29% das alunas marcaram a opção de que acessa de vez em quando, 11,43% disseram acessar todos os dias e 34,28% não responderam a questão ou declararam que nunca acessam.

Após apresentação dos dados das pesquisadas, no próximo capítulo descreveremos as dificuldades enfrentadas pelas jovens para inserirem-se no mundo do trabalho.

Capítulo III

A REALIDADE JUVENIL DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

A investigação referente às dificuldades enfrentadas por adolescentes e jovens para inserir-se no mundo do trabalho diante de uma realidade de precarização demonstrou que a busca pelo primeiro emprego é cada dia maior, principalmente para as jovens pertencentes às famílias de baixa renda, pois deverão inserir-se no espaço laboral para contribuir com o sustento da família e/ou satisfazer algumas de suas necessidades, como manter-se na escola, por exemplo.

Pochmann (2007) faz uma análise e descreve a diferença/necessidade de inserção no espaço laboral para o caso de jovens oriundos de famílias de baixa renda, que, ainda que permaneçam na escola, podem ter sua educação prejudicada pela necessidade de optar pelo emprego muito cedo. Segundo o autor, quanto à realidade do perfil de adolescentes e jovens que precisam trabalhar e estudar, “isso ocorre, sobretudo nos segmentos mais pobres da população” (p.13). Com essa realidade, por terem comprometido o aprendizado, terão comprometidas, também, as chances de inserção em melhores postos de trabalho.

Segundo levantamentos do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE, 2006, p. 27 - 28),

hoje o que se tem é uma perversa diferenciação entre jovens que podem combinar trabalhos criativos e educação de qualidade, e outros que quando têm emprego e tentam perseguir alguma escolarização, têm que se engajar em trabalhos exaustivos que tolhem a possibilidade de dedicação a estudos mais reflexivos e críticos.

É possível perceber que existe uma necessidade de formação/educação para engajamento no trabalho, e acompanhamento ao acelerado desenvolvimento do sistema capitalista.

3.1 Sujeitos Pesquisados

Das 35 fichas analisadas, participaram dos grupos focais 25 adolescentes e jovens com as seguintes características a seguir relacionadas.

1. Edna¹³, 20 anos, se declara de cor negra, ensino médio completo, um filho. Reside em Trindade, com o pai, a mãe e o filho e já passou por várias experiências de trabalho. A primeira vez que procurou emprego foi para sustentar o filho, pois acabara de se divorciar.

2. Patrícia, 18 anos, se declara de cor branca, ensino médio completo. Mora com a mãe e uma irmã mais nova, no Parque Tremendão, em Goiânia. Diz já ter feito vários cursos profissionalizantes, e que todas as vezes em que trabalhou foi para ajudar a família. Atualmente está desempregada, e reclama que os cursos dão a teoria, mas as empresas querem a prática profissional, que ela não possui.

3. Juliana, 19 anos, se declara de cor morena, ensino médio completo. Mora com a mãe, no Morada do Morro, em Senador Canedo e atualmente não está trabalhando. Já fez cursos profissionalizantes, mas está priorizando os estudos para passar no vestibular e sofre muitas cobranças dos tios (irmãos da mãe) nesse sentido, que dizem que ela está explorando a mãe. Informa que a mãe, por sua vez, diz que pode “segurar as pontas” por mais um ano, até que a filha entre na faculdade.

4. Adriana, 15 anos, se declara de cor branca, está cursando 1º ano do ensino médio. Reside com a mãe e uma irmã no Setor Universitário, Goiânia, e não possui experiência de trabalho.

5. Emanuela, 16 anos, se declara de cor morena clara, cursa o 2º ano do ensino médio. Mora com os pais, dois irmãos e dois sobrinhos, no Jardim Novo

¹³ Optou-se em utilizar nomes fictícios para as jovens entrevistadas.

Mundo, em Goiânia. Possui experiência de trabalho, como atendente e trabalha em um Clube, com carteira assinada pela Instituição Sociedade Cidadão 2000.

6. Beatriz, 15 anos, se declara de cor negra, cursa o 9º ano do ensino fundamental. Reside no Jardim Itaipu, em Goiânia, com a mãe e uma irmã, e não possui experiência de trabalho.

7. Clarice, 25 anos, se declara de cor negra, possui ensino médio completo, casada, um filho. Reside na Vila Viana, em Goiânia e possui experiência de trabalho, como cozinheira, mas atualmente está desempregada.

8. Vitória, 15 anos, se declara de cor negra, 1º ano do ensino médio. Mora com pai, a mãe e mais 3 irmãos, no Jardim Dom Bosco II, em Aparecida de Goiânia, e não possui experiência de trabalho, mas quer trabalhar para continuar os estudos e juntar dinheiro para pagar faculdade. Diz que os pais já a alertaram que eles não terão condições de arcar com seus estudos.

9. Iolanda, 17 anos, se declara de cor branca, 9º ano do ensino fundamental. Mora com os pais, a avó e uma prima, no Conjunto Madre Germana I, em Aparecida de Goiânia e não possui experiência de trabalho.

10. Márcia, 17 anos, se declara de cor branca, cursa o 1º ano do ensino médio. Mora com bisavós e avós no Jardim Planalto, em Aparecida de Goiânia, e atualmente trabalha com confecção de artesanatos.

11. Priscila, 18 anos, se declara de cor parda, parou de estudar no 1º ano do ensino médio, mas disse que retornará para a escola no próximo ano. Mora com o namorado e uma filha de um ano, no Jardim das Oliveiras, em Senador Canedo, e a primeira experiência profissional foi com trabalhos domésticos, ainda na infância. Passou a morar com o namorado quando tinha 12 anos, após a morte de sua mãe, e teve que trabalhar desde muito cedo para ter as coisas de que precisava e para ajudar o companheiro com as despesas de casa.

12. Luiza, 17 anos, se declara de cor branca, 3º ciclo do ensino fundamental no programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Mora no abrigo Casa das Flores, no Setor Universitário, em Goiânia. Já trabalhou em cumprimento de medida socioeducativa, no fórum de Aparecida de Goiânia.

13. Daiane, 19 anos, se declara de cor branca, 3º ano do ensino médio, solteira. Reside com a mãe, dois irmãos mais novos e a filha de 3 anos, no Jardim Dom Bosco II, em Aparecida de Goiânia. Já trabalhou em casa de jogos que pertencia ao padrasto saiu porque ainda não tinha 18 anos e os clientes ameaçaram o patrão que o denunciariam à polícia. Atualmente está desempregada.

14. Miriam, 22 anos, se declara de cor negra, ensino médio completo. Mora com os tios no Conjunto Papilom Park, em Aparecida de Goiânia, e possui experiência profissional desde muito cedo. Segundo ela já trabalhou em residências e diversos outros lugares. Atualmente é cabeleireira.

15. Sueli, 22 anos, se declara de cor negra, ensino médio completo. Mora sozinha em casa cedida pelo irmão no Jardim das Oliveiras, em Senador Canedo, e já fez muitos cursos profissionalizantes, como corte/costura e outros na área rural. Atualmente trabalha como vendedora autônoma no Estádio Serra Dourada.

16. Ângela, 23 anos, se declara de cor negra, ensino médio completo. Reside com o namorado em Aparecida de Goiânia, é manicure e pretende abrir seu próprio salão de beleza. Está fazendo cursos de aperfeiçoamento na área e o dinheiro que recebe como manicure está guardando para abertura do seu salão.

17. Geane, 24 anos, se declara de cor morena clara, ensino médio completo. Reside com uma irmã no Setor Eldorado Oeste, em Goiânia, e possui experiência como técnica de radiologia. Atualmente está empregada, trabalhando a mais de um ano em uma clínica de odontologia.

18. Joana, 19 anos, se declara de cor branca, ensino médio completo. Reside com a mãe, no Jardim Novo Mundo, em Goiânia, e possui experiência de trabalho como atendente. No último emprego trabalhou como operadora de caixa e deixou o trabalho com o intuito de estudar para passar no vestibular.

19. Lidiane, 19 anos, se declara de cor parda, ensino médio completo. Reside com a mãe, o pai e dois irmãos, no Residencial Goiânia Viva, em Goiânia, possui experiência de trabalho em práticas de escritório e atendimento ao público e participou do programa adolescente aprendiz. Atualmente está desempregada.

20. Fernanda, 17 anos, se declara de cor parda, ensino médio completo. Mora com a mãe, uma irmã e dois sobrinhos, no Jardim Tiradentes, em Aparecida de Goiânia, e não possui experiência profissional. Ela acredita que a falta de experiência se explica pela sua pouca idade.

21. Aline, 18 anos, se declara de cor parda, ensino médio completo. Mora com a mãe e um irmão na Vila Morais, em Goiânia, em casa própria. Possui experiência de trabalho como atendente, mas atualmente está desempregada.

22. Keila, 17 anos, se declara de cor parda, 3º ano do ensino médio. Reside com o pai, a mãe e uma irmã no Setor Universitário, em Goiânia, e não possui experiência de trabalho.

23. Larissa, se declara de cor parda, 15 anos, 1º ano do ensino médio. Mora com o pai, a mãe e uma irmã no Setor Universitário, em de Goiânia, e não possui experiência de trabalho.

24. Dalva. se declara de cor morena clara, 25 anos, ensino médio completo, casada, uma filha. Mora com os sogros e o esposo, no Parque Ateneu, em Goiânia, e não possui experiência de trabalho.

25. Antônia, 16 anos, se declara de cor negra, 3º ano do ensino médio, negra. Reside no Setor Universitário, em Goiânia, com a mãe e o padrasto, e possui experiência de trabalho. Tem carteira assinada pelo CIEE, e é estagiária como auxiliar administrativo em uma loja de eletrodomésticos.

Pode-se observar no perfil das jovens atendidas, em se tratando de composição familiar, que 32% residem só com a mãe e irmão, 28% com os pais (pai e mãe) e irmãos, 4% residem com irmãos, 4% moram sozinhas, 4% residem em um abrigo, 4% moram com tios, 4% com avós e 4% com a mãe e o padrasto e 20% declararam ter filhos (apenas um filho cada uma).

Em relação à situação acadêmica e experiência profissional¹⁴, 52% das entrevistadas já concluíram o ensino médio, 32% estão cursando o ensino médio, 12% cursam o ensino fundamental e 4% não concluíram o ensino médio, pois pararam de estudar no 1º ano do ensino médio. 68% declararam possuírem experiência profissional e 32% disseram não ter tido nenhuma experiência.

Das 25 participantes do grupo focal, era visível a necessidade que elas sentiam de encontrar um emprego no mercado formal. Nem todas externalizaram a necessidade, mas quando uma ou outra o fazia várias outras balançavam a cabeça positivamente.

3.2 Dificuldades de inserção do jovem no trabalho

O desenvolvimento tecnológico do sistema capitalista apresenta mudanças na exigência do mercado de trabalho. Estas mudanças atingem principalmente o segmento populacional juvenil, que, com pouca experiência não conseguem disputar uma vaga no mercado formal de trabalho.

¹⁴ Considerou-se experiência profissional todos os trabalhos remunerados exercidos pelas jovens.

Quando questionadas sobre as principais dificuldades de inserção no mercado de trabalho, grande quantitativo de jovens, nos 5 grupos, disseram que era por causa da falta de experiência e da pouca idade.

Emanuela, 16 anos, disse

uai, quando eu fui né, eu não consegui por falta de experiência e tamem por causa da minha idade, eu ainda sou de menor e a pessoa me falou que lugar de adolescente é na escola, daí eu falei que precisava muito trabalhar e a moça que me atendeu me falô pra ir procurar algum lugar que as pessoas empregam adolescente, aí eu fiquei sabendo pela minha vizinha do Cidadão 2000, aí eu fui lá e agora eu to trabalhando.

Clarisse, 25 anos, que possui experiência como cozinheira, disse à pesquisa: “as pessoas sempre pedem experiência, mas nunca dão experiência pra gente, ai eu fico pensando, como é que vamos ter experiência se ninguém quer dar? Pedem que a gente tenha cursos, mas sem dinheiro não tem como fazer”

Para Pochmann (2007), é essencial essa primeira experiência no mercado de trabalho. Segundo o autor

o primeiro emprego representa um momento decisivo para a trajetória futura do jovem no mercado de trabalho. Quanto melhores forem as suas condições de acesso ao primeiro emprego, proporcionalmente mais favorável deverá ser a sua evolução profissional (p.13)

O mercado, que se apresenta cada vez mais competitivo, busca apenas profissionais capacitados e são considerados capacitados os que possuem maior formação profissional. Segundo Fernandes (2002, p.201) existe uma “divisão dos trabalhadores entre qualificados e não qualificados. Tal separação é, via de regra, efetuada com base no nível educacional dos trabalhadores, em que são considerados qualificados aqueles que frequentaram pelo menos um ano de universidade”.

Edna, 20 anos, estudante do curso pré-universitário, disse

olha, são várias as dificuldades que eu encontro pra arranjar um emprego, sabe? Por isso eu estou aqui estudando pra conseguir passar no vestibular, né, eu acho assim, que só assim eu vou conseguir um emprego descente, só depois que eu tiver uma profissão, aliás, todo mundo pede experiência e eu acredito que quando eu tiver formada eu vou conseguir, se Deus quiser.

Essas competições impostas pelo mercado deixam uma crescente demanda na procura pela inserção no mercado de trabalho. As jovens com pouca e/ou nenhuma experiência e qualificação estão em desvantagem em relação às mulheres adultas com vasta experiência profissional e boa formação acadêmica, e em relação ao crescente contingente de mão de obra excedente, o chamado exército industrial de reserva.

Esse excedente de força de trabalho deixa o mercado cada vez mais seletivo. Para as jovens estudantes dos cursos pré-universitário e informática da Casa da Juventude Pe. Burnier, os maiores entraves para a inserção no mercado formal, além da falta de experiência, se dão também em decorrência da “pouca idade”, principalmente as que estão na faixa etária de 15 a 17 anos. Segundo as jovens pesquisadas esse aspecto também impede sua inserção.

Nos depoimentos as jovens descrevem o mercado de trabalho. Patrícia, 18 anos, partilha com o grupo, como busca emprego. Segundo ela, após deixar os currículos e/ou apresentar a carta do SINE¹⁵: “Geralmente a gente liga, marca a entrevista e quando eles não querem, ou eles não te aceitam, geralmente eles falam para você que você não se encaixa no perfil da empresa ou então você não está apta à aquela vaga”.

Algumas alunas, 32%, disseram que estão desempregadas porque não possuem experiência profissional. Juliana afirma que “falam que é muito nova, que tem que ter mais experiência, só que não dá chance, como é que a gente vai ter experiência?” Patrícia fala dos vários cursos que já fez. Segundo ela: “no

¹⁵ SINE: Sistema Nacional de Emprego, faz cadastro de empresas e candidatos a emprego e encaminha os candidatos de acordo com as disponibilidades de vagas, seguindo as exigências de experiência que as empresas encaminham.

meu caso é, eu tenho aperfeiçoamentos, fiz vários cursos, só que por não ter experiência de trabalho, trabalhando mesmo, sempre eu ouvi vários não.”

As jovens participantes da pesquisa que passaram pela experiência de conseguir o primeiro emprego através de programas como o Adolescente Aprendiz, o estágio remunerado promovido pelo consórcio do primeiro emprego e/ou pelas instituições que fazem a ponte entre escolas e empresas, como é o caso do CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola) e do IEL (Instituto Euvaldo Lodi), fizeram seus relatos. Para Emanuela estes programas são muito bons: “eu faço parte do programa adolescente aprendiz, sabe? O salário não é muito, mas já ajuda um pouco, pelo menos eu posso ajudar um pouco minha mãe e comprar algumas coisas pra mim, né?” [risos]

Algumas jovens disseram conseguir uma vaga através de indicação de amigos e/ou familiares, porém, em sua maioria, inserem-se em trabalhos precários e no mercado informal. Ficam insatisfeitas, pois garantem que não têm ainda condições de escolher uma função de que gostem realmente de executar, mas aceitam o que aparece, pois precisam contribuir com as despesas de casa. Como se pode ver no relato de Miriam: “eu consegui emprego no salão onde minha tia é cliente, no começo eu não gostei muito não, mas depois me acostumei, eu tô ganhando o meu salário e posso ajudar com as despesas de casa.”

Sobre a formação profissional, as alunas foram unânimes na afirmação de que acreditam que quanto maior o grau de escolarização maior será a possibilidade de melhores vagas de trabalho. Apenas duas jovens (Juliana e Joana), porém, disseram que não estão trabalhando porque optaram pelo estudo, apoiadas pela família, com o intuito de serem aprovadas no vestibular. Por outro lado, Vitória revelou que já trabalha desde os 15 anos porque os pais disseram que não tinham condições de mantê-la na escola. Segundo ela

eu já trabalho desde os 15 anos porque eu quero juntar uma certa quantia para estudar, sabe? Eu quero fazer faculdade e minha mãe disse que não tem dinheiro pra pagar, por enquanto

eu ajudo eles, mas quando terminar a escola, vou trabalhar pra pagar meus estudos.

Grandes são as expectativas de mudança de vida através da escolarização, as jovens compreendem que é a única forma de transformação de sua realidade. Sobre esta questão, Queiroz (2008, p. 22) afirma que

a escolarização, é, em geral, percebida pelo jovem como um meio de alcançar melhores postos de trabalho e, em consequência, melhores condições de vida. Neste sentido, a relação enganosa entre o nível de escolaridade e a garantia de emprego com melhores ganhos e conseqüentemente elevação da qualidade de vida acaba por direcionar os objetivos e as expectativas do jovem. Desse modo, os esforços investidos em sua escolarização assumem o significado de garantia de melhor futuro, mesmo que percebam as limitações das precárias condições em que ela acontece e dos poucos resultados concretos que a escola pode proporcionar.

A maioria das jovens que estão trabalhando, disse que está inserida em algum tipo de trabalho para ajudar em casa ou ter a condição de continuar na escola, fazer curso preparatório para vestibulares e concursos, dentre outros.

Atualizam e reproduzem a expectativa de alcançarem novas e maiores possibilidades, pois acreditam que conseguirão ter uma vida diferente da realidade dos pais e/ou responsáveis. O que se manifesta em expectativas de conquista de algumas coisas que a família não teve condições de assegurar.

Porém, a condição imposta pelo sistema capitalista não facilita conciliar trabalho e escola. Segundo Pochmann (2007),

a expansão da taxa de atividade da população juvenil indica uma pressão constante e adicional de oferta de mão de obra, com uma faixa etária mais ampla, sobre o mercado de trabalho. Possivelmente, a piora nas condições de vida das famílias, diante da crise no mercado de trabalho nos anos 90 – com mais desemprego, geração de postos de trabalho precários e com baixos salários aos adultos – tenha influenciado o jovem a tentar contribuir na complementação da renda familiar, mesmo em atividades inaceitáveis (trabalho escravo, insalubre, perigoso, prostituição infantil, tráfico de

drogas, crime organizado etc.). Com isso, boa parte dos jovens brasileiros terminou afastada das oportunidades geradas pelas escolas, pois, com menor tempo livre dirigido à educação, tornou-se mais difícil o seu ingresso no mercado de trabalho e, conseqüentemente, a busca pela ascensão profissional. (2007, p.35)

Outra dificuldade enfrentada pelas jovens é a forma de seleção para as poucas vagas de emprego existentes. Para Edna, 20 anos, as entrevistas já são por si muito seletivas e os entrevistadores estão preocupados com a aparência, que se torna um critério de seleção. Segundo a jovem “é cobrado, há assim, um determinado padrão de beleza, né, onde a pessoa deve ter boa aparência, ser branca e magra de preferência”. Edna é uma jovem negra que relatou à pesquisa ter enviado um currículo para concorrer a uma vaga de promotora de vendas de creme de leite e que, ao chegar ao local das entrevistas, recebeu da pessoa encarregada da seleção a informação de que ela não se encaixava no perfil para a vaga, sem dar maiores explicações.

Edna deixa claro que entendeu que não foi escolhida por causa da sua cor, porque tem experiência com vendas e é comunicativa, os únicos quesitos que o anúncio exigia das candidatas. Disse a jovem: “acho que a moça só me chamou para a entrevista porque não coloquei uma foto no meu currículo”.

As jovens entrevistadas demonstram uma apreensão ingênua do próprio processo de inserção no trabalho e das dificuldades enfrentadas: discriminação, exploração, baixa remuneração, ausência de garantias trabalhistas, assédio, concorrência com pessoas que apresentam experiência e formação qualificada etc.

Os relatos indicam para uma percepção que repõe o problema, as dificuldades e as soluções de inserção do trabalho jovem no plano individual, com alguma aproximação na relação entre trabalho e família.

No próximo item demonstram-se na relação escola e permanência no espaço laboral alguns aspectos relacionados a esse mesmo processo de inserção do trabalho jovem.

3.3 Escola e permanência no espaço laboral

Ao serem questionadas sobre a escolaridade, todas informaram que estão estudando. As alunas do curso de informática, em sua maioria cursam ainda o ensino fundamental ou médio.

As alunas que frequentam o curso pré-universitário já concluíram o ensino médio e manifestaram a necessidade de ser aprovadas em universidades públicas, pois dizem não ter condições de pagar a permanência em universidades privadas. Fernanda é um exemplo: “Bem, eu queria um curso que só tem na Católica, mas, assim, é muito caro, aí eu vou fazer a prova do ENEM pra ver se consigo a bolsa do ProUni. Quem sabe, né?”

Geane, 24 anos, disse à pesquisa

o curso que eu quero também só tem na Católica, e não tem à noite eu acho, mas se eu tiver que deixar de trabalhar eu não vou conseguir estudar, trabalhando meu salário já não vai dar, mas pelo menos posso tentar conseguir uma bolsa, né?

Miriam e Edna, disseram que “mesmo sendo cansativo”, trabalham e estudam para poder mudar de vida. Afirmam que não querem ficar trabalhando no mercado informal a vida toda.

Sueli, 22 anos, que trabalha como vendedora ambulante no Estádio Serra Dourada, disse nas entrevistas: “tipo assim, eu não quero trabalhar com isso a vida toda. Preciso arrumar um emprego bom pra não passar as dificuldades que minha mãe passa hoje, eu quero crescer na vida”. Todas buscam na formação profissional a possibilidade de emprego e, conseqüentemente, mudança nas condições de vida.

Os depoimentos e questionamentos das jovens apontam para a problemática relação existente entre a escolarização, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho. As análises sobre essas dimensões são

fundamentais para apreender o processo de exclusão e desigualdade predominante nas relações sociais capitalistas.

A permanência na escola, com a conclusão do ensino médio e entrada em uma universidade, poderá fazer grande diferença quanto à disputa por uma vaga no mercado formal de trabalho. No entanto, sabe-se que o mercado, orientado pela seletividade e exclusão, com clara imbricação entre a inserção das jovens/adolescentes na sociedade e fatores de natureza econômica, social e política que criam e recriam novas necessidades, expectativas e redimensiona a educação formal que necessita a cada dia de melhores condições de para a formação profissional.

Segundo orientações da Política Nacional de Juventude

junto às iniciativas de ampliação de oferta de educação formal, tem sido manifesta, de forma expressiva, também a necessidade de políticas que garantam condições para que a educação de jovens tenha patamares mínimos de qualidade. Isso se traduz num esforço político que consiga promover experiências educativas, nos diferentes níveis de ensino, que incorporem as novas situações e necessidades de formação da atual geração. (2006)

É necessário o reconhecimento de formação pública de qualidade, isso assegurará aos jovens maiores condições de inserção em universidades públicas. A maioria das entrevistadas, que declararam interesse em fazer um curso superior, afirmaram que se não conseguirem ingressar nas universidades públicas e sem bolsas como ProUni dentre outras, dificilmente conseguirão permanecer em universidades particulares. E a escolaridade, na sociedade atual tem fundamental importância na vida destas pertencentes a famílias de baixa renda, pois com estudo, elas acreditam que poderão contribuir para a mudança na vida da família.

3.4 Juventude e gênero

As alunas, ao serem questionadas sobre se já sentiram dificuldade em encontrar emprego por ser mulher, a maioria disse não ter sofrido com isso, porém duas (Luiza e Daiane) disseram que acham que os homens têm mais facilidade de conseguir emprego que as mulheres. Afirmaram que já passaram por entrevistas, mas no final dizem que as vagas são apenas para homens.

Uma das participantes (Márcia) afirmou que

a maioria dos empregos que não precisam de experiência, são para os homens, são sempre empregos de fazer entregas, carregar caixas nos supermercados e quando chego aí eles falam que estão contratando apenas homens porque precisa fazer força.

Juliana, que trabalha prestando serviços como garçoneiro disse que ouviu muito “que precisam só de homens, que trabalho de garçom exige agilidade e força, o que as mulheres não têm”. Disse ter trabalhado uma noite, fazendo o melhor possível para provar que conseguiria executar o serviço e, mesmo assim, não foi contratada, mas é chamada quando o dono do estabelecimento vai fazer festa e precisa de pessoas para servir.

Luiza, 17 anos, afirmou que já sentiu dificuldades para encontrar emprego por ser mulher. Segundo a aluna “eles acham que mulher é frágil e não consegue fazer um trabalho de um homem, mas é preconceito contra mulher, eu mesmo consigo fazer qualquer serviço”

Nos depoimentos das jovens, é possível perceber que ocorre a divisão sexual do trabalho em alguns ramos do mercado, mas as que falavam sobre isso não entendiam as razões dessa preferência em algumas funções.

Nas relações de gênero existentes na sociedade capitalista prevalece em muitos cargos e funções a divisão sexual do trabalho, que consiste em diferenças salariais por considerar a mulher com capacidade laboral menor que o homem.

Para Novais (2005, p.44),

por meio da apreensão do significado de gênero torna-se possível perceber que as diferenças entre homens e mulheres encontram-se fora de seu corpo físico ou de características anatômicas, mas se situam na esfera do simbólico, na produção cultural de cada sociedade, em determinada época e espaço geográfico. Dessa forma, a mulher assume papéis e desempenha funções de acordo com as regras que regem a sociedade a que pertence, sendo que a mesma observação é válida no caso dos homens.

Não distante desta realidade, encontram-se os jovens, que sofrem com a pouca ou nenhuma experiência, e com a divisão social e sexual do trabalho. As jovens participantes da pesquisa, em sua maioria reclamam que as vagas que conseguem são para domésticas, babás, atendentes em balcão, pois, sem experiência, poucas pessoas lhes darão oportunidade de trabalho, vagas em outros cargos/atividades. Isso prejudica, segundo as participantes da pesquisa, sua capacitação profissional, pois se estão trabalhando nessas funções, deverão estudar à noite, não sobrando tempo para fazer outros cursos profissionalizantes.

Sobre a diferença salarial, uma jovem disse não ter passado por essa situação, porém a mãe já passara por isso. Segundo a entrevistada, a mãe trabalhava numa mesma função em que um homem prestava serviços e ele ganhava mais que ela. Quando ela, a mãe, questionou o patrão ele disse que era porque o funcionário tinha mais força que ela. Beatriz, Daiane, Priscila, dentre outras jovens disseram não ter passado por isso, mas Luiza e Antônia falaram e, pela reação, as outras concordavam. Elas conheciam muitas histórias de que os homens ganhavam mais que as mulheres.

Em relação às grandes diferenças salariais, Nogueira afirma que

as desigualdades de salário – compreendidas em trabalho igual – são constatadas por toda parte do mundo, até em países que assinaram as convenções da OIT, que as proíbem. No setor industrial dos países desenvolvidos o salário médio das mulheres representa três quartos do salário masculino, devido, em parte, a uma menor qualificação do posto, mas

também a uma repartição desigual entre os ramos econômicos e os postos ocupados. (NOGUEIRA apud HIRATA 1999, p. 17 - 18)

Este quantitativo cresce ainda mais em relação à mulher jovem. Emanuela, inserida no programa Sociedade Cidadão 2000, afirmou que faz o mesmo trabalho que um adulto e que recebe salários bem menores. Segundo a entrevistada, o programa paga apenas meio salário mínimo aos adolescentes que executam tarefas antes executadas por adultos. Ainda esta jovem disse que a pessoa que executava a mesma função que ela recebia mais de um salário e quando ela foi ocupar o posto de trabalho sabia que receberia apenas meio salário mínimo. Para a depoente isso é injusto, pois ela é muito elogiada, alguns de seus colegas dizem que gostam muito do trabalho dela. A depoente acredita que poderia estar ganhando mais.

No que se refere a jovens do sexo masculino e feminino inseridos no programa Adolescente Aprendiz, segundo Emanuela, 16 anos, não existem diferenças salariais entre homens e mulheres no programa, os dois recebem meio salário mínimo e exercem funções semelhantes.

A jovem Edna, 20 anos, disse ter sofrido bastante assédio moral no último emprego, mas resolveu ficar quieta para não perdê-lo. Relatou que a sua supervisora a agredia com palavras o tempo todo, dizia que ela nunca fazia nada direito. Elas [as funcionárias] tinham cotas a cumprir e sempre eram escaladas para exercer outras funções, e quando chegava a hora de irem embora [18h], a supervisora não deixava que elas saíssem, alegando que teriam que cumprir a cota. Edna foi mandada embora do emprego [não falou o motivo] e decidiu que, já que saíra, iria denunciar o assédio, procurando então a delegacia do trabalho para fazer a denúncia.

Outro episódio aconteceu com Ângela 23 anos. A entrevistada disse que trabalhava em uma rádio e um colega sempre a assediava, um dia ele a tocou e ela lhe acertou “um tapa” no rosto dizendo que não era para ele nunca mais a desrespeitar. Havia outras pessoas presentes, e todos a apoiaram. A jovem

afirmou que jamais permitirá que alguém a assedie novamente, moral ou sexualmente.

As que relataram episódios de assédio sexual ou moral falaram sempre que as suas reações baseavam-se no fato de não poderem perder o emprego, situação que as condicionava a serem cautelosas ao reagir. Emanuela relatou, quando questionada sobre a questão dos assédios: “eu sim, o tempo todo, mas só com os clientes não com companheiros de trabalho, aí eu tive que dar um fora sem deixar a pessoa constrangida.

Na maioria das vezes as alunas e ex-alunas não entendem o assédio sexual como coisa ruim, acham normal as “cantadas” e sempre procuram não levar a sério, fingindo não perceber e/ou não respondendo por medo de perder o trabalho. Quanto ao assédio moral ficam tristes, sentem-se inferiorizadas, mas dizem suportar porque às vezes acontece em momentos que não podem deixar o emprego.

A síntese dos grupos focais possibilita a elaboração de diferentes análises e problematizações sobre a temática do trabalho do jovem e do objeto de estudo da pesquisa realizada, que recaiu sobre as dificuldades enfrentadas por mulheres jovens para inserirem-se no mundo do trabalho diante de uma realidade de precarização no espaço laboral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade de inserção laboral de adolescentes e jovens, objeto de estudo da pesquisa que integrou a dissertação, objetivou dar maior visibilidade às reais condições competitivas do mundo do trabalho. As relações de produção e reprodução social impostas pelo sistema capitalista fazem ressurgir a cada dia e com novas roupagens a questão social, cujas expressões, cada dia mais perversas, atingem as jovens mulheres, filhas da classe que vive do trabalho e que, em muitos casos, por falta de qualificação profissional, ocupam os mesmos espaços laborais que muitos de sua família.

A pesquisa proporcionou uma apreciação do objeto proposto, porque alguns pontos permitem uma aproximação com a realidade da trajetória de formação/profissional que jovens mulheres percorrem na tentativa de inserir-se no mercado formal do trabalho.

As maiores dificuldades encontradas pelas jovens para inserção no competitivo mercado de trabalho são: a falta de experiência e a pouca idade, principalmente para as que estão na faixa etária entre 15 e 17 anos. A realidade sócio-econômica da família, deixa as adolescentes e jovens com o desejo de buscar trabalho para contribuir com o sustento da família, outras para satisfazer necessidades de consumo, dentre outros motivos, o que observa-se porém, é o grande desejo das entrevistadas de ingressarem no mercado formal e não ficar aceitando empregos precários e/ou com extensas cargas horárias, e o interesse pela formação profissional está diretamente relacionado à necessidade de ter uma profissão.

A grande competitividade existente no mercado de trabalho exige dos trabalhadores eficiência, criatividade, dinamicidade, comunicação, e principalmente que tenham uma formação integral e polivalente, essa exigência, exclui adolescentes e jovens que sem experiência não consegue pleitear/concorrer às vagas no mercado formal. Para algumas jovens

pertencentes às famílias de baixa renda, com precárias condições para manterem-se na escola, muitas, não terão condições de investir na sua vida acadêmica pós-ensino médio, se não conseguirem emprego e/ou ingressarem em uma universidade pública.

Mesmo com essa realidade, as jovens possuem potencialidades para aprender demonstrando bastante interesse em continuar sua formação acadêmica. As que frequentaram o curso pré-universitário têm o intuito de ingressarem em faculdade pública para conseguir concluir sua formação profissional. Buscam uma realidade diferente da que viveram até o momento da pesquisa e, por isso, algumas trabalham o dia todo e estudam à noite para passar em vestibulares e concursos públicos. As que cursaram o curso de informática básica compartilharam que mudaram os locais de busca pela inserção laboral, pois agora que têm o curso de computação podem concorrer a vagas em locais que antes gostariam de trabalhar e não podiam nem sequer fazer os testes. Acreditam que o curso de informática lhes proporciona melhores condições de inserção.

Para as que estão inseridas no mercado de trabalho e/ou já tiveram experiências no espaço laboral, o assédio sexual e/ou moral é comum em seus postos ou em postos anteriores. A maioria das jovens, sempre preocupadas em manter o emprego, aceitaram passar por situações constrangedoras, algumas ignoraram, outras reagiram e sofreram as conseqüências da reação.

Os estudos realizados sobre a inserção da mulher jovem no mundo do trabalho confirmam que há a necessidade de implantação de políticas públicas principalmente relacionadas à educação e ao primeiro emprego para que adolescentes e jovens oriundos de famílias de baixa renda. Em síntese, faz necessário a consolidação de políticas sociais para a juventude que assegurem as condições objetivas de formação profissional e inserção no mercado de trabalho, como possibilidade de tecer as mudanças na realidade sócio familiar, indicada pelas entrevistas como novas condições de vida.

REFERÊNCIAS

AJEAS - Associação Jesuíta de Educação e Assistência Social. **Plano de Ação Global**. Goiânia, 2009.

_____. **Banco de Dados**. Goiânia, 2009.

ABRAMO, Helena Wendel. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro**. In: Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9ª edição. Campinas: Cortez, 2003.

_____. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006

_____. **Os dilemas do trabalho no limiar do século 21**. Do subemprego à exploração infantil, a situação contemporânea do trabalho exige uma reflexão à altura daquela relacionada ao meio ambiente. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/novo/dossie.asp?edtCode=405A8403-AD34-47FE-9051-22017E8B23A9&nwsCode=4040883E-14AA-4F59-ADE4-EB635DFCFB19>
acesso: 24/09/2009.

AZERÊDO, Sandra. **Preconceito contra a mulher**: diferença, poemas e corpos. São Paulo: Cortez, 2007.

BAIOCCHI, Ângela Dolores. **Jovens Mulheres e a busca do sucesso escolar**. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin (coord.). **Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade**. Goiânia: Editora UCG, 2008.

BRANCO, Pedro Paulo Martoni. **Juventude e trabalho**: desafios e perspectivas para as políticas públicas. In: ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Martoni (org). **Retratos da juventude brasileira**: análise de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; São Paulo: Instituto Cidadania, 2005. p. 129 – 148.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº. 8069, 1990.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil.** [Artigo Científico]. Disponível em: http://www.cmpbh.com.br/arq_Artigos/SESI%20ONO%20BRASIL.pdf. Acesso em: 03 de março de 2009.

DAYRELL, Juarez Tarcísio; et alli. **Juventude, pobreza e ações educativas no Brasil.** In: SPOSITO, Marília Pontes. **Espaços Públicos e Tempos Juvenis:** um estudo de ações de poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2009. p. 47 – 82.

DIAS, Luciana Campos de Oliveira; GUIMARÃES, Maria Tereza Canezin. **Estratégias de sobrevivência de jovens pobres urbanos usuários de programas educativos.** In: SPOSITO, Marília Pontes. (coord.). **Espaços públicos e tempos juvenis:** um estudo de ações do poder público em cidades de regiões metropolitanas brasileiras. São Paulo: Global, 2007. p. 109 – 133.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** 12ª ed. São Paulo: Perspectiva S.A., 1995.

ENGELS, Friedrich. **A origem da Família da Propriedade Privada e do Estado.** Tradução de Ruth M. Klaus. São Paulo: Centauro, 2002.

FERNANDES, Reynaldo, et all. **Escolaridade e demanda relativa por trabalho:** uma avaliação para o Brasil nas décadas de 80 e 90. In: CHAHAD, Paulo Zeetano; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino de. (org.). **Mercado de trabalho no Brasil:** salário, emprego e desemprego numa era de grandes mudanças.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Juventude, trabalho e educação no Brasil:** perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo. (org.) **Juventude e sociedade:** trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180 – 216
GONÇALVES, Betânia Diniz. **Transformações psicossociais entre mulheres:** conquista de direitos e construção de cidadania, sd. Disponível em http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/Betania_Goncalves.pdf. Acesso em: 09 jul. 2009. 00:12:43.

GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin (coord.). **Jovens, educação e campos simbólicos.** Goiânia: Editora UCG, 2007.

_____. **Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade.** Goiânia: Editora UCG, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** In: cadernos e pesquisa, v.37, n. 132, p. 595 – 609, set./dez. 2009. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. aceso 05/06/2009.

_____. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

HOBBSAWN, Eric J. **A era das revoluções: 1789 – 1848.** tradução de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez, 2007.

LEÓN, Oscar Dávila. **Adolescência e juventude: das noções às abordagens.** In: Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005.

LIBÂNIO, João Batista. **Jovens em tempo de pós-modernidade: considerações sócio-culturais e pastorais.** São Paulo: Loyola, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Os circuitos dos jovens urbanos.** In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, 2005. (V.17, nº.2 p.173 - 205).

MARX, Karl. **O capital: crítica a economia política.** Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3ª Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Livro 1. Volume 2).

MARX, Karl. **O capital**: crítica a economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 23ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (Livro 1. Volume 1).

MAY, Tim. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 26ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho**: entre a emancipação e a precarização. Campinas: Autores Associados, 2004

NORMAS ABNT DISPONÍVEL EM: <http://www.scribd.com/doc/4076836/ABNT-Manual-II>. ACESSO 09/06/09

NOVAIS, Denise Pasello Valente. Discriminação e direito do trabalho: da proteção à promoção da igualdade. São Paulo: Ltr, 2005.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego**. 2ª ed. São Paulo: Publisher, 2007.

QUEIROZ, Edna Mendonça Oliveira de. **Jovens trabalhadores e a escola noturna: relações de reciprocidade e antagonismo**. In: GUIMARÃES, Maria Tereza Canesin (coord.). **Estudos sobre jovens e processos educativos na contemporaneidade**. Goiânia: Editora UCG, 2008.

RAGO, Margareth. **Ser mulher no século XXI**: Ou Carta de Alforria. In: Oliveira, Suely de. Eti alli (org.). **A mulher brasileira nos espaços públicos e privados**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

REIMER, Ivone Richter. **Como fazer trabalhos acadêmicos**. Goiânia: UCG, São Leopoldo: Oikos, 2007.

SINA, Amália. **Mulher e trabalho**: o desafio de conciliar diferentes papéis na sociedade. São Paulo: Saraiva, 2005.

APÊNDICES

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Instruções para elaboração, de acordo com a Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)

O respeito à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.

Exige-se que o esclarecimento dos sujeitos se faça em linguagem acessível e que inclua necessariamente os seguintes aspectos:

- a) justificativa, objetivos, procedimentos que serão utilizados na pesquisa;
- b) desconforto e riscos possíveis que serão utilizados na pesquisa;
- c) métodos alternativos existentes;
- d) forma de acompanhamento e assistência, assim como seus responsáveis;
- e) garantia de esclarecimentos, antes e durante o curso da pesquisa, sobre a metodologia, informando a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo;
- f) liberdade do sujeito em recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa sem penalidade alguma e sem prejuízo ao seu cuidado;
- g) garantia do sigilo que assegure a privacidade dos sujeitos quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa;
- h) formas de ressarcimento das despesas decorrentes da participação na pesquisa.

O termo de consentimento deve ser elaborado pelo pesquisador responsável, contendo expressamente cada um dos itens acima. Deve ser assinado ou identificado por impressão dactiloscópica por todos e cada um dos sujeitos. Em pesquisas envolvendo crianças, adolescentes, portadores de doença mental, deve ser assinado por seus representantes legais, sem suspensão do direito de informação dos indivíduos, no limite de sua capacidade.

Deve ainda ser elaborado em duas vias, sendo uma retirada pelo sujeito da pesquisa ou seu representante legal e uma arquivada pelo pesquisador.

O tamanho das letras e espaçamento utilizados no termo de consentimento dever ser tal que permita a fácil leitura.

A redação do termo de Consentimento submetida à análise do COEP/PUCGO deve ser idêntica àquela fornecida ao sujeito da pesquisa, portanto, vedada qualquer alteração após emissão de parecer final do Comitê.

Em caso de impossibilidade de registro escrito do consentimento livre e esclarecido, apresentar ao Comitê de Ética a justificativa para tal fato.

A seguir encontra-se à sua disposição uma sugestão para Modelo de Termo de Consentimento.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO
(MODELO SUGERIDO)

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado de forma alguma. Em caso de dúvida você poder procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás pelos telefones 3946-1071.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: _____

Pesquisador Responsável: _____

Telefone para contato: _____

Pesquisadores participantes: _____

Telefones para contato: _____

- Descrição da pesquisa, objetivos, detalhamento dos procedimentos, forma de acompanhamento (informar a possibilidade de inclusão em grupo controle ou placebo, se for o caso).
- Especificação dos riscos, prejuízos, desconforto, lesões que podem ser provocados pela pesquisa, formas de indenização, ressarcimento de despesas.
- Descrever os benefícios decorrentes da participação na pesquisa.
- Explicar procedimentos, intervenções, tratamentos, métodos alternativos (atualmente em vigor).
- Esclarecimento do período de participação, término, garantia de sigilo, direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. Em caso de pesquisa onde o sujeito está sob qualquer forma de tratamento, assistência, cuidado, ou acompanhamento, apresentar a garantia expressa de liberdade de retirar o consentimento, sem qualquer prejuízo da continuidade do acompanhamento /tratamento usual.

• Nome do pesquisador: _____

• Assinatura do pesquisador: _____

• Data:

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG nº _____
CPF nº _____ nº de prontuário _____ nº de matrícula _____,
abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____,
como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pelo
pesquisador _____ sobre a pesquisa, os
procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios
decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu
consentimento a qualquer momento, sem e que isto leve à qualquer penalidade ou
interrupção de meu acompanhamento/assistência/tratamento.

Local e data _____

Nome do sujeito ou responsável: _____

Assinatura do sujeito ou responsável: _____

**Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a
pesquisa e aceite do sujeito em participar**

Testemunhas (não ligada à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____

Observações complementares:

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS – PUC/GO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – PROPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROTEIRO DE QUESTÕES PARA O GRUPO FOCAL

Nome: _____

Curso: _____

1. Porque você procurou emprego?
2. Qual a maior dificuldade que você encontra quando vai procurar trabalho?
3. Quando você passa por entrevistas e/ou testes para emprego e não é aprovada, o que lhe falam?
4. Além da experiência o que você acha que contribuiu para sua contratação?
5. Você já sentiu dificuldades para conseguir emprego por ser mulher?
Comente sobre isso
6. Com o seu salário você ajuda com as despesas da sua casa? Com qual o percentual do seu salário você ajuda em casa?
7. Você sabe se há homens que exercem a mesma função que você (ou outra mulher) tendo o salário maior?

8. Você já sofreu assédio sexual e/ou moral no seu ambiente de trabalho? O que você fez?

9. Você sabe o que é um projeto de vida? Se sim, já elaborou o seu?

10. Qual carreira profissional pretende seguir?

11. Que contribuições a casa da juventude têm para a elaboração do seu projeto de vida?

12. Além do curso que está fazendo na CAJU, quais outros cursos profissionalizantes já fez?



Casa da Juventude
INSTITUTO DE FORMAÇÃO, ACESSORIA
E PESQUISA SOBRE JUVENTUDE

11ª Avenida nº 953, Setor Universitário - CEP: 74605-060 - Goiânia - GO
Tel: 62.4009-0339 Fax: 62.4009-0015
site: www.casadajuventude.org.br e-mail: caju@casadajuventude.org.br

FICHA DE INSCRIÇÃO

DADOS PESSOAIS:

Nome: _____ Data _____ de
nascimento: _____
Endereço (Rua/ Av/ Quadra/ Número/ Apt°.): _____
Bairro: _____ Cidade: _____ Estado: _____
CEP: _____
Fones: residência: _____ celular: _____ recado: _____ trabalho: _____
Fax: _____ E-mail 1: _____ E-mail 2: _____
Cidade de origem: _____ - Já mudou de município? () sim ()
não
RG: _____ Órgão expedidor: _____ Estado: _____ CPF: _____
Sexo: () masculino () feminino Estado civil: _____ Tem filhos? () sim
() não
Etnia: () negra () indígena () branca () outra. Qual?
Escolaridade: () ensino fundamental () médio () superior. Situação: ()
completo () incompleto
Freqüenta ou freqüentou ensino: () público () privado () conveniado

Caso não tenha documento, nome do/a responsável:
RG: _____ Órgão expedidor: _____ Estado: _____ CPF: _____

DADOS DA ATIVIDADE:

Em qual atividade você quer participar?
Nome da pessoa que te indicou: _____ Contato: _____

DADOS SOCIOECONÔMICOS DA PESSOA:

Possui experiência de trabalho? () sim () não
Atualmente está empregado? () sim () não. Há _____
quanto tempo? _____ Onde trabalha?
Qual o seu salário? () menos de 1 SM () 1 a 2 SM () 3 a 4 SM
() + 5 SM
Se desempregado, qual o motivo? () não tenho experiência () não sei
computação () outro motivo. Qual? Situação de moradia: () própria ()
alugada () cedida () financiada
Tipo de construção: () alvenaria (tijolo) () madeira () adobe () outros
As casas da sua rua contam com: () luz elétrica () água tratada () coleta
de lixo () rede de esgoto

DADOS SOCIOECONÔMICOS DA FAMÍLIA:

Quem sustenta sua família? () eu () pai () mãe () esposo/a () outra pessoa. Quem:

Escolaridade da pessoa que sustenta a família: () até a 4ª série () entre 5ª e 8ª série () 2º grau () superior

Renda mensal (soma de toda a renda da família): () menos de 1 SM () 1 a 2 SM () 3 a 4 SM () + 5 SM

A família está inserida em programa social do governo? () sim () não. Qual?

Condições de saúde: existe situação de doença grave na família? Qual?

Custo mensal com medicamentos:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR:

Nome	Parentesco	Idade	Estado Civil	Escolaridade	Profissão	Renda

DADOS DA PARTICIPAÇÃO SOCIOPOLÍTICA E CULTURAL:

Participa de: () partido político () sindicato () associação de bairro () grêmio estudantil () hip-hop () torcida de futebol () outro. Qual?

Participa de: () grupo de teatro () coral () grupo de dança () clube de poesia () outro Qual?

Enumere de 1 a 6, considerando o grupo que lhe inspira mais confiança.

Começando pelo número 1, você dá mais importância à: () família ()

amigos () Igreja () políticos () escola () outro Qual?

DADOS DA PRÁTICA RELIGIOSA:

Participa de alguma religião ou Igreja? () sim () não. Qual?

Nessa religião você é: () membro leigo/a () padre/pastor/pai ou mãe de santo () seminarista/noviça

() freira () outro. Qual?

Se freira/frade ou padre, indique o nome da congregação:

Desenvolve alguma atividade nesta Igreja? () sim () não. Qual?

Participa ou acompanha grupos de jovens? () sim () não. Há quanto tempo?

Função no grupo:

ALGUNS HÁBITOS:

Pratica esporte ou faz exercícios físicos? () 1 vez por semana () 3 vezes por semana () às vezes () nunca

Você fuma? () sim () não

Convive com usuário de droga? () em casa () na escola () na Igreja () outro ambiente () não sabe

Usa bebida alcoólica? () nunca () 1 vez por semana () 3 ou + vezes por semana () às vezes

Usa medicamentos sempre? () não () sim. Para quê?

Freqüenta jogos eletrônicos? () todos os dias () 1 vez por semana () de vez em quando () nunca

Acessa Internet? () todos os dias () 1 vez por semana () de vez em quando () nunca

Gosta de ler? () não () sim () às vezes. O que leu este mês?

Tem hábito de ver TV? () não () sim () às vezes. Em média, quantas horas por semana?

Programas de TV preferidos: 1) _____ 2) _____ 3) _____

Escuta programas de rádio: () não () sim () de vez em quando

Qual o programa preferido?

Gosta de música? () não () sim. Qual o estilo preferido?

INFORMAÇÕES PARA A CAJU:

Como você ficou sabendo desta atividade?

() pessoa amiga () participante de atividades na CAJU () atividades oferecidas fora do espaço

() pelas equipes da CAJU () na comunidade que participo () através de outras pessoas

() na Igreja que freqüento () pelo informativo da CAJU () pelo site/sítio da CAJU

() outra informação. Qual?

Por que você procurou esta atividade?

Recebe os informativos da CAJU? () sim () não. Já acessou a página/site/sítio da CAJU? () sim () não

Já participou de outras atividades na CAJU? () não () sim. Ano da primeira participação na CAJU:

Para uso da CAJU.

Data do recebimento da ficha:

Responsável pelo recebimento: